

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES – UCAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

GERMANO GODOY AZEREDO

**ESTRATIFICAÇÃO DE CLASSES SOCIOECONÔMICAS: UM
MODELO TEÓRICO UTILIZANDO OS DADOS DOS CENSOS
BRASILEIROS.**

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ
Julho de 2015

UNIVERSIDADE CANDIDO MENDES – UCAM
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO

Germano Godoy Azeredo

**ESTRATIFICAÇÃO DE CLASSES SOCIOECONÔMICAS: UM
MODELO TEÓRICO UTILIZANDO OS DADOS DOS CENSOS
BRASILEIROS.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, da Universidade Candido Mendes – Campos/RJ, para obtenção do grau de MESTRE EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO.

Orientador: Prof.º. Gustavo Henrique Naves Givisiez, D.Sc.

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ
Setembro de 2015

GERMANO GODOY AZEREDO

ESTRATIFICAÇÃO DE CLASSES SOCIOECONÔMICAS: UM MODELO
TEÓRICO UTILIZANDO OS DADOS DOS CENSOS BRASILEIROS.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, da Universidade Candido Mendes – Campos/RJ, para obtenção do grau de MESTRE EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO.

Aprovada em:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Gustavo Henrique Naves Givisiez, D.Sc.
Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Elzira Lúcia de Oliveira, D.Sc.
Universidade Federal Fluminense

Prof.^a Érica Tavares da Silva Rocha
Universidade Federal Fluminense

CAMPOS DOS GOYTACAZES, RJ
2015

Dedico este trabalho aos meus pais, João e Ana, sem os quais nada disso seria possível e a todos os meus professores, que batalham a cada dia para disseminar o pouco do conhecimento que temos.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos aqueles que, de uma forma ou de outra, me ajudaram e me apoiaram nessa conquista, principalmente aos meus pais, João e Ana, que sempre me incentivaram a estudar acima de tudo; a minha amada Nina, que além de me fazer feliz, me despertou um senso crítico que eu não sabia que tinha; ao meu grande amigo José Carlos Monteiro, companheiro de todas as horas, para falar e para ouvir; a todos os meus professores, peças tão fundamentais no processo da aprendizagem e, mesmo assim, tão negligenciados do devido respeito, em especial aos meus orientadores Gustavo Givisiez e Lúcia Oliveira; aos meus amigos de uma vida, Luiz Machado, Ricardo Araújo, Thiago Azevedo, Carlos Silva, Felipe Félix, Fernanda Boeschenstein, Jaqueline Torres, Tahiana Fernandes e tantos outros, por momentos preciosos e inesquecíveis, que ajudaram no meu crescimento e a moldar meu caráter; e por último, ao Instituto Federal Fluminense, meu segundo lar, que me acolheu como um aluno e hoje me apoia como um profissional.

Todos iguais
Tão desiguais
Uns mais iguais que os outros.

(Humberto Gessinger)

RESUMO

ESTRATIFICAÇÃO DE CLASSES SOCIOECONÔMICAS: UM MODELO TEÓRICO UTILIZANDO OS DADOS DOS CENSOS BRASILEIROS.

A sociedade se divide em classes sociais ou econômicas há milênios. A princípio essas classes eram definidas de berço, as pessoas já nasciam dentro de determinada esfera de alcance social e político, e, raramente, as atitudes do indivíduo alteravam essa condição social pré-definida. Com o passar dos tempos, a estrutura da sociedade foi se modificando e se tornando mais complexa, os esforços dos indivíduos começaram a contribuir com sua posição social e a estrutura de classes da sociedade começou a ser flutuante, com os indivíduos migrando entre classes de acordo com seus sucessos ou fracassos, e foi quando começaram estudos para entender melhor os conceitos de classe, neste trabalho é utilizados conceitos de classe já estabelecidos, não sendo o objetivo entrar no amplo debate sobre a definição de classe. Desse modo, criar ferramentas que pudessem classificar os indivíduos mais homogêneos o possível em grupos mais heterogêneos entre si se tornou essencial para os estudos da sociedade. No Brasil, existem diversas pesquisas nacionais de caráter exploratório, que geram informações em forma de microdados para serem utilizados por pesquisadores. Mas sem dúvida, o censo brasileiro, é a maior pesquisa realizada ocorrendo a cada dez anos, alcançando todo o território brasileiro e em seu questionário consta diversas áreas, ou dimensões, de pesquisa (ocupação, educação, renda, etc.). Para este trabalho foram tomados como base três métodos já utilizados na realidade brasileira, dois nacionais e um internacional, além do censo, como base de dados, para a criação de um método de estratificação. As pesquisas ajudaram a definir cinco dimensões a serem utilizadas: (i) ocupação; (ii) educação; (iii) renda; (iv) bens de consumo e; (v) habitat e moradia. As análises de frequências das respostas aos quesitos do censo de 2010 ajudaram a estabelecer as faixas e scores para cada dimensão. E por fim, foi criada uma estrutura hierárquica de classes com nove categorias de classificação (α I, α II, α III, β I, β II, β III, γ I, γ II, γ III) e associada uma faixa de pontos para cada categoria. Os resultados mostraram que o modelo proposto apresenta solidez nos seus dados e têm alguns padrões que são encontrados, também, em outros métodos, padrões estes expectáveis e previstos para este trabalho.

PALAVRAS-CHAVE: Nível socioeconômico. Método de estratificação. Estratificação socioeconômica. Censo brasileiro. Marketing

ABSTRACT

SOCIOECONOMIC CLASSES ESTRATIFICATION: A THEORETICAL MODEL USING DATA FROM BRAZILIAN CENSUS.

Society has been divided into social or economic classes for millennia. At first, these classes were defined by birth, people were already born within a certain sphere with social and political implications, and, individual behavior could rarely change this pre-defined social assignment. Over time, society structure began to change and became more complex, individuals efforts began to contribute to their social position within society, and the class structure began to fluctuate, with individuals moving between classes according to their successes or failures. Furthermore, studies took place to better understand the concepts of class. The socioeconomic status of an individual has a great influence on their behavior, whether in access to consumer goods, health, education or even lifestyle, therefore creating tools that could classify more homogeneous individuals in more heterogeneous groups has become critical for studies of the society. In Brazil, there are several national exploratory surveys, generating micro-data information for use by researchers. Without a doubt, the Brazilian census is the largest survey, taking place every ten years, reaching throughout Brazil. covering diverse areas, or dimensions, of research (occupation, education, income, etc.). For this research work, three methods already used in the Brazilian reality were taken as a basis; two national and one international, in addition to the census, as a database. The surveys helped define five dimensions to be used: (i) occupation; (ii) education; (iii) income; (iv) consumer goods and; (v) habitat and housing. The analysis of responses frequency to the 2010 census helped establish the range and scores for each dimension. And finally, a hierarchical class structure was created with nine categories of classification (α I, α II, α III, β I, β II, β III, γ I, γ II, γ III) and a range of points was assigned for each category. The results showed that the proposed model presents strong data and demonstrated some patterns which are also found in other methods. These patterns were expected and planned for this research.

KEYWORDS: Socioeconomic status. Stratification method. Socioeconomic stratification. Brazilian census.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Pontuação de acordo com grau de instrução	32
TABELA 2 – Pontuação de acordo com ocupação	33
TABELA 3 – Resultados do método HISS em centros urbanos brasileiros	34
TABELA 4 – Pontuação por posse de bens e serviços	35
TABELA 5 – Pontuação por grau de instrução	35
TABELA 6 – Corte das classes por pontuação	36
TABELA 7 – Pontuação por acesso a serviços públicos	36
TABELA 8 – Corte das divisões e renda média das classes econômicas pelo critério SAE	38
TABELA 9 – Resultados encontrados na revisão bibliográfica em cada período de pesquisa	42
TABELA 10 – Escala hierárquica de ocupações	57
TABELA 11 – Frequência da escolaridade dos chefes de família da população brasileira em 2010	60
TABELA 12 – Faixas e <i>scores</i> para o indicador de educação	61
TABELA 13 – Faixas e <i>scores</i> para o indicador de renda	62
TABELA 14 – <i>Score</i> final da dimensão de bens da população brasileira do ano de 2010	65
TABELA 15 – Faixas e <i>scores</i> para o indicador de cômodos <i>per capita</i>	66
TABELA 16 – Faixas e <i>scores</i> para o indicador de condição de domicílio	67
TABELA 17 – <i>Score</i> final da dimensão de habitat e moradia para a população brasileira no ano de 2010	68
TABELA 18 – Divisão do <i>score</i> por faixas	72
TABELA 19 – Dados descritivos das amostras	74

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Diferenças e características entre classe social e nível socioeconômico	19
QUADRO 2 – Observações sobre os censos realizados no Brasil	45
QUADRO 3 – Evolução dos dados coletados nos censos demográficos de 1872, 1890, 1900, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010	48
QUADRO 4 – Salário mínimo <i>per capita</i> por vintis da população brasileira em 2010	62
QUADRO 5 – Cômodos <i>per capita</i> dividido em vintis da população brasileira em 2010	66
QUADRO 6 – Frequência do <i>score</i> total dos domicílios brasileiros em 2010	70
QUADRO 7 – Estratificação socioeconômica conforme o modelo proposto dos anos de 1991, 2000 e 2010	73

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Artigos publicados na base de dados Scopus	21
GRÁFICO 2 – Artigos publicados na base de dados Web of Science	22
GRÁFICO 3 – Divisão da população brasileira por classes econômicas pelo método CCEB em 2012	37
GRÁFICO 4 – Divisão da população brasileira por classes econômicas pelo critério SAE em 2012	39
GRÁFICO 5 – Frequência da ocupação exercida pelo chefe de domicílio em 2010	58
GRÁFICO 6 – Frequência corrigida da ocupação exercida pelos chefes de domicílio em 2010	59
GRÁFICO 7 – Divisão da população brasileira em faixas de salários mínimos <i>per capita</i>	63
GRÁFICO 8 – Frequência de posse de automóvel e de eletrodomésticos	64
GRÁFICO 9 – Proporção de cômodos <i>per capita</i> e de condição do domicílio da população brasileira no ano de 2010	68
GRÁFICO 10 – Estratificação socioeconômica conforme o modelo proposto dos anos de 1991, 2000 e 2010	75

SUMÁRIO

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	12
1.1 INTRODUÇÃO.....	12
2. REVISÃO DE LITERATURA	16
2.1 CLASSE SOCIOECONÔMICA.....	16
2.2 NÍVEL SOCIOECONÔMICO.....	18
2.3 FORMAS DE UTILIZAÇÃO DO SSE.....	19
2.3.1 Utilização do SSE em Pesquisas de Mercado.....	20
2.3.2 Utilização do SSE em Pesquisas Acadêmicas Ad Hoc.....	20
2.3.3 Dimensões Mais Utilizadas.....	24
2.3.3.1 Ocupação.....	25
2.3.3.2 Educação.....	26
2.3.3.3 Renda.....	27
2.3.3.4 Posse de bens.....	28
2.3.3.5 Habitat e moradia.....	29
2.3.3.6 Acesso a serviços públicos.....	30
2.4 MÉTODOS DE ESTRATIFICAÇÃO SOCIOECONÔMICA.....	30
2.4.1 Hollingshead - Four Factor Index of Social Status.....	31
2.4.2 Critério de Classificação Econômica Brasil.....	34
2.4.3 Critério SAE.....	37
3. MATERIAIS E MÉTODOS.....	40
3.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	40
3.2 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.....	42
3.2.1 Censo Demográfico Brasileiro.....	44
3.3 CRIAÇÃO DO MÉTODO DE ESTRATIFICAÇÃO.....	51
3.3.1 Dimensões Seleccionadas.....	51
3.3.1.1 Ocupação.....	52
3.3.1.2 Educação.....	52
3.3.1.3 Renda.....	52
3.3.1.4 Bens.....	53
3.3.1.5 Habitat e moradia.....	53
3.3.1.6 Acesso a serviços públicos.....	54
4. DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO.....	55
4.1 COMPILAÇÃO DOS DADOS.....	55
4.1.1 Ocupação.....	56
4.1.2 Educação.....	60
4.1.3 Renda.....	61
4.1.4 Bens.....	64
4.1.5 Habitat e Moradia.....	65
4.1.5.1 Cômodos <i>per capita</i>	66
4.1.5.2 Condição do domicílio.....	66
4.1.5.3 <i>Score</i> final de habitat e moradia.....	67
4.2 APLICANDO O MÉTODO.....	69
4.2.1 Categorias de Classificação.....	70
4.2.2 Estratificação dos Anos de 1991, 2000 e 2010.....	72
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	76
5.1 CONCLUSÕES.....	76
5.2 PROPOSTAS PARA TRABALHOS FUTUROS.....	77
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	79

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Este capítulo retrata o projeto deste trabalho, apresentando as informações necessárias da proposta, como também sua estrutura. Será feita uma breve introdução sobre o tema, expondo os objetivos, geral e específicos, a justificativa para a escolha e a relevância do tema e a estrutura do trabalho.

1.1 INTRODUÇÃO

Toda civilização conhecida, ao ser estruturada, se baseia em modelos teóricos de classificação, o quais se utilizam de diferentes indicadores, podendo ser objetivos ou subjetivos, quantitativos ou qualitativos, que pode ser traduzido pelo termo *status socioeconômico* (SSE), que vai determinar a posição relativa do um indivíduo, ou grupo de indivíduos (núcleo familiar), dentro desta estrutura (RIBAS Jr. *et al*, 2003a). O princípio básico dessa estruturação social, segundo Kamakura e Mazzon (2013a) e Krieger, Williams e Moss (1997), é a de que ela é assimétrica, desigual, em sua relação de poder, sempre havendo dentro da sociedade indivíduos com mais acesso a recursos, informações, direitos, poderes, e, quase sempre, se utilizam da força de trabalho dos outros indivíduos.

Esse fenômeno é visto ou foi visto ao redor de todo o mundo e em diferentes épocas e, de acordo com Krieger, Williams e Moss (1997), esse não é um evento

que parte dos indivíduos e sim, da sociedade como um todo, por meio dos processos de relacionamentos sociais. Quase sempre essa estruturação era baseada em três classes, que já eram determinadas de berço, e, dificilmente, as ações do indivíduo ao longo da sua vida alterariam esse status, a principal divisão se dava entre os nobres (a classe mais alta) e os escravos ou servos (a classe mais baixa), havia uma classe média quase sempre formada por artesãos ou comerciantes, sendo que cada nação tinha as suas nomenclaturas para designar cada classe, os nobres eram os patrícios, eupátridas e espartanos e a classe média eram os plebeus, metecos e periecos em Roma, Atenas e Esparta, respectivamente. Na Idade Média, quando algumas nações eram regidas ainda por um regime monárquico feudal, havia uma divisão social, econômica e política entre os senhores feudais ou nobres, o clero, os guerreiros e o povo ou plebe (KAMAKURA & MAZZON, 2013a apud SHELTON, 1997 e KAMAKURA & MAZZON, 2013a apud POMEROY, BURNSTEIN, DONLAN & ROBERTS, 1999).

Essa estruturação da sociedade em grupos socioeconômicos ocorre desde muito antes de haver uma real preocupação com um método de estratificação da população dentro de um contexto que garanta, de uma forma idônea, a relação que um indivíduo tem perante aos outros indivíduos dentro da mesma sociedade. A preocupação na elaboração de um método de estratificação começou, principalmente, a partir do início do século XX, quando pesquisas começaram a relacionar o status socioeconômico com outros indicadores ou, com muito mais ênfase, condições de saúde e na transmissão de doenças, como a de Warren e Sydenstricker (1916 apud KRIEGER, WILLIAMS E MOSS, 1997). Entretanto esses primeiros métodos ainda eram muito primitivos e não conseguiam dimensionar de forma clara as dimensões e realidades socioeconômicas.

Somente a partir dos anos de 1950 que começaram a serem estruturados métodos científicos sólidos como os: (i) Hollingshead Two-Factor of Social Status (HOLLINGSHEAD, 1957), aperfeiçoado pelo; (ii) Hollingshead Four-Factor of Social Status (HOLLINGSHEAD, 1975), que combina a informação do nível de educação e de ocupação do indivíduo; (iii) Nam-Powers Socioeconomic Status Score (NAM, POWERS & GLICK, 1964), que utilizava o rendimento médio e o tempo de educação do indivíduo em determinada ocupação; (iv) Duncan's Socioeconomic Index (DUNCAN, 1961), um índice que utilizava o prestígio da ocupação, a renda e a educação e o; (v) Standard International Occupational Prestige Scale (TREIMAN,

1977) que utiliza dados sobre ocupação nacional de, aproximadamente, cinquenta países; esses métodos, mas não apenas eles, conseguiam estratificar de forma confiável a estrutura socioeconômica da sociedade.

O Censo Demográfico Brasileiro (CDB) é uma pesquisa realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a cada dez anos, que reúne informações sobre toda a população brasileira. Em cada censo, recenseadores vão a cada domicílio das famílias brasileiras, recolher diversas informações, como: condição e situação da residência; membros na família; ocupação e renda; nível de escolaridade; etc. Depois essas informações são compiladas e seus resultados divulgados, muitas vezes, em forma de estudos pelo próprio IBGE, ou então, apenas em forma de micro dados. Em 2010, ano do último CDB realizado, mais de 190 mil recenseadores, foram a mais de 65 milhões de domicílios em todos os 5.565 municípios brasileiros (IBGE, 2015).

Considerando o montante de informação e dados coletados por meio dos censos e uma dificuldade de encontrar métodos de classificação que utilizem esses dados para alcançar resultados teóricos ou práticos, se tornou relevante trabalhar na criação de uma metodologia de estratificação, que possa colaborar com os estudos demográficos e socioeconômicos. Outro importante fato a se levar em consideração é o de que os métodos mais comumente utilizados dependem de uma fonte de dados primária, que se traduz em custo para obter os dados, limitando, dessa forma, a abrangência espacial dos resultados. O uso de um método que utilize os dados dos censos otimizaria o tempo e recursos utilizados para a estratificação.

É de extrema importância padronizar as categorias de posição socioeconômica para comparar e generalizar as amostras e produzir resultados mais acurados e comparáveis (RIBAS Jr. et al, 2003). Para isso, muitos critérios já foram criados, no Brasil o mais utilizado é o critério de classificação econômica Brasil, elaborado pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP) (SOARES, 2005), também realizado no Brasil existe o critério criado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE) (NERI, 2011 e KAMAKURA & MAZZON, 2013b), entretanto outros métodos internacionais também já foram testados no Brasil, entre eles está o Hollingshead Four-Factor Index of Social Status, cujos resultados foram considerados satisfatórios (RIBAS Jr. et al, 2003 e RIBAS Jr.; MOURA & BORNSTEIN, 2003).

Sendo assim, o objetivo do trabalho é elaborar um modelo teórico de estratificação do status socioeconômico que utilize os dados dos censos demográficos brasileiros dos anos de 1991, 2000 e 2010 para realizar a classificação socioeconômica, por se tratar de um trabalho técnico não se pretende entrar na longa discussão dos conceitos de classe. E os objetivos específicos são:

1. identificar dentre as variáveis disponíveis nos dados censitários quais são sólidas o suficiente para criar o método de estratificação;
2. estratificar segundo categorias de segmentos socioeconômicos a população de diferentes regiões brasileiras, visando uma comparabilidade interna; e
3. comparar os resultados históricos para compreender melhor as fases de desenvolvimento socioeconômico da população brasileira.

O presente trabalho será desenvolvido em cinco capítulos:

I – No capítulo 1 está a introdução do trabalho, com uma pequena explicação conceitual do tema, os objetivos, geral e específicos, e a motivação do trabalho;

II – O segundo capítulo será composto pela revisão de literatura, com foco em pontos teóricos e conceituais do trabalho;

III – No terceiro capítulo será apresentada a revisão bibliográfica para o desenvolvimento do trabalho, a fonte de dados utilizada e a metodologia utilizada na compilação de dados desse trabalho;

IV – O quarto capítulo desenvolve o método proposto, assim como a aplicação e uma breve discussão sobre os resultados, focando nas características metodológicas;

V – No capítulo 5 são feitas conclusões e considerações finais, assim como se apresentará propostas para trabalhos futuros.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo se contemplará as discussões acerca dos conceitos teóricos de classe e nível socioeconômicos, as associações mais comuns ao tema na literatura, uma breve discussão sobre as dimensões que compõem o constructo e uma explicação mais detalhada de modelos de estratificação que já foram utilizados na realidade brasileira.

2.1 CLASSE SOCIOECONÔMICA

Muito se discute sobre o conceito de classe entre as disciplinas, gerando uma complexidade espantosa quando se trata de se aprofundar no assunto, sendo seu significado real tendo definições diferentes de acordo com a linha de cada pesquisador (BABBIE, 1999 e QUAGLIA *et al*, 2013). Segundo Krieger, Williams e Moss (1997), as relações econômicas interdependentes entre as pessoas é a referência inicial à definição de classe socioeconômica, e sua posição dentro dessa classe social é medida por meio de um conceito agregado que utiliza medidas baseadas em recursos e prestígio social. Quaglia *et al* (2013), diz que classe social é um conceito que se relaciona com muitos aspectos do indivíduo na sociedade, e determina as condições, sociais e econômicas, da vida.

Weber (1946), no final do século XIX, propunha em seus estudos uma classificação que levava em consideração três fatores dominantes: (i) classe; (ii)

condição; e (iii) poder. Nesse contexto, classe se constrói com fatores econômicos, como a detenção ou não de capital, de educação e de prestígio ocupacional; condição representa a influência do indivíduo na comunidade em que está inserido e sua possibilidade de acesso a fatores culturais e sociais, poderia ser definido com o estilo de vida e, normalmente, o nível de berço é um fator decisivo para esse caso; e poder está diretamente relacionado ao seu alcance político, não de sentido de política partidária, e sim de política de ações comunais, como influência em sociedades industriais, sindicatos e, até, no governo, propriamente dito (MATTOSO, 2006). Para Mattoso (2006) a maior contribuição de Weber para o conceito de classes socioeconômicas foi a incorporação de elementos não econômicos

A divisão da sociedade em classes socioeconômicas é o ponto de partida básico para realizar sua estratificação, agora, quantas classes sociais vão ser elaboradas, e quais os critérios de divisão em classes variam muito de autor para autor. Kamakura e Mazzon (2013b) expõem como diferentes autores tiveram diferentes classificações de classe social. Partindo da divisão básica proposta por Marx e Engels (1848) entre burguesia e proletariado, Wright (1985 *apud* KAMAKURA & MAZZON, 2013b) classificou as ocupações, de acordo com seu status, em 12 posições; já Goldthorpe (1987 *apud* MATTOSO, 2006), aliou o conceito de Marx e Engels (1848) ao de Weber (1946) e tipificou a sociedade em sete classes sociais. A quantidade de divisões e o ponto de divisão de classes do estrato socioeconômico geralmente são feitos de maneira arbitrária e subjetiva por cada pesquisador ou metodologia de pesquisa (HOLLINGSHEAD, 1975). Segundo Neri (2011), esse recorte de classes socioeconômicas deve ser feito de maneira a ressaltar a “igualdade entre iguais”, de modo a minimizar as diferenças dentro de cada recorte e maximizar as diferenças entre um recorte e outro, além de que, classe é a medida de representação de famílias, e não de indivíduos, as pessoas pertencem à famílias, que por sua vez, se classificam em determinada classe socioeconômica.

Sendo assim, o conceito de classe socioeconômica está para a sociedade como o status socioeconômico está para o indivíduo, de forma que a classe social é o *background* da onde se apoia o nível socioeconômico. As classes socioeconômicas são as divisões hierárquicas da sociedade e o nível socioeconômico é a posição do indivíduo dentro dessa hierarquia.

2.2 NÍVEL SOCIOECONÔMICO

O nível socioeconômico (NSE) é uma característica latente do indivíduo ou grupo de indivíduos, e dessa forma não é possível medi-la diretamente, apenas por observação *in loco*, de forma quantitativa, sendo necessário fazer um levantamento das dimensões pelas quais o SSE se manifesta tais como, renda, ocupação e escolaridade (SOARES & ANDRADE, 2006).

Para Soares (2005 *apud* SPECTOR, 1992) e para Babbie (1999), a condição socioeconômica é um constructo de abstrações teóricas que são construídas por meio de vários outros constructos de forma empírica. Ainda de acordo com Soares (2005) e Babbie (1999), esses constructos são produzidos por meio de instrumentos de pesquisa, que, na visão dos especialistas, se adaptam perfeitamente ao constructo que se deseja formar. Embora essa premissa, em essência, esteja correta, ela depende da utilização de dados primários para ser válida, quando se utiliza dados secundários, muitas vezes, adaptações tem que ser feitas para que os constructos possam ser produzidos. Para se mensurar o nível socioeconômico devem-se utilizar dimensões que tenham a real capacidade de alterar ou manter a posição socioeconômica do indivíduo, além da possibilidade de acesso aos recursos da sociedade (KAMAKURA & MAZZON, 2013a).

Ribas Jr. *et al* (2003) traduz o termo nível socioeconômico como à medida que indivíduos estão inseridos dentro de um modelo de estratificação de um sistema social. Segundo Fergusson, Horwood e Boden (2008, *apud* BOLLEN, GLANVILLE & STECKLOV, 2001), SSE é a posição de indivíduos, ou núcleos familiares, em uma, ou mais, dimensões de estratificação, e essas dimensões podem ser renda, educação, ocupação, riqueza, dentre outros. Dessa forma, o nível socioeconômico é o conjunto de dimensões que formam as classes socioeconômicas, agrupados sistematicamente de forma a produzir um *score* quantitativo, que por sua vez pode ser estruturado dentro de um critério de classificação que deverá, de forma idônea, estratificar os indivíduos incluídos dentro de dada sociedade em classes socioeconômicas.

O quadro 1 mostra, de forma simplificada, as definições e algumas considerações a serem salientadas para se trabalhar com classes e nível socioeconômicos.

QUADRO 1 – Diferenças e características entre classe social e nível socioeconômico

	Classe Socioeconômica	Nível Socioeconômico
Definição	É a hierarquização da sociedade em grupos, que podem, dado os interesses de cada pesquisa, serem divididos nos mais diversos modos de classificação – empregadores, empregados e autônomos; renda alta, média e baixa; et cetera.	É a classificação do indivíduo, ou grupo de indivíduos, de acordo com a categorização utilizada. Usualmente é constituído de um <i>score</i> que é mensurado a partir de uma, ou várias, dimensões socioeconômicas – ocupação, renda, escolaridade, et cetera.
Relacionamento	Classe socioeconômica está relacionada à sociedade. Quantidade ou tamanho de indivíduos ou área geográfica não alteram seu constructo teórico.	O SSE é relacionado ao indivíduo e suas características, cada um vai ter sua própria classificação socioeconômica, independentemente de seus pares.
Períodos temporais	O constructo de classe social sofre pouca alteração ao longo do tempo, podendo suas configurações serem válidas por uma geração ou mais.	O SSE sofre alterações em curtos períodos de tempos. Num período de quatro anos um indivíduo pode completar uma graduação, ter uma ascensão no emprego, aumentar sua quantidade de bens, et cetera.

Fonte: Elaborado pelo autor

2.3 FORMAS DE UTILIZAÇÃO DO SSE

O uso do SSE pode ser associado a diferentes tipos de pesquisa, como pesquisas mercadológicas em agências de publicidade e campanhas de anunciantes, tendências de consumo e grupos de consumidores e pesquisas gerais de marketing e em interesses e opiniões de produtos, satisfação, percepção e confiança de marca por clientes; outro nicho de pesquisa comumente associado ao SSE é o de pesquisas acadêmicas *ad hoc*, que são as pesquisas feitas por pesquisadores contratados para atender o interesse de alguma organização ou órgão (do poder público ou da iniciativa privada) para responder algum problema ou situação específica, como a relação de SSE com o desempenho acadêmico, acesso

a serviços básicos, deficiências no sistema de saúde e outros (KAMAKURA & MAZZON, 2013b).

2.3.1 Utilização do SSE em Pesquisas de Mercado

A utilização de SSE em marketing se dá de maneira muito ampla e há décadas os pesquisadores trabalham no desenvolvimento e aperfeiçoamento de técnicas, para o marketing é importante saber onde cada estrato de classe busca suas informações, é fundamental, para a mídia, saber quem são seus telespectadores, ouvintes e leitores, identificando-os, quantificando-os e qualificando-os (KAMAKURA & MAZZON, 2013a). De acordo com Mattoso (2006), uma preocupação do marketing no estudo de classes sociais e a estratificação delas é até que ponto as diferentes situações de classe social influenciam e afetam o consumo e de que forma ocorre.

Para Warner (1949 *apud* MATTOSO, 2006), a classe social é determinante do estilo de vida e o modelo de consumo do indivíduo, ou seja, indivíduos pertencentes a uma mesma classe social teriam similar comportamento de consumo, então “classe socioeconômica” se torna uma excelente medida de nicho de mercado. Kamakura e Mazzon (2013b), discorrem sobre a ferramenta “painéis de consumidores”, essa ferramenta funciona realizando-se uma coleta de informações de forma periódica (seja diária, semanal ou mensal), dos mesmos domicílios e indivíduos, e a elaboração de relatórios de possíveis indicadores de comportamento de mercado, aliando-se esses painéis a uma estratificação de SSE robusta e sólida, é possível determinar o comportamento de consumo das classes sociais, observando as mudanças nos períodos e podendo fazer previsões de consumo.

2.3.2 Utilização do SSE em Pesquisas Acadêmicas ad hoc

O uso do SSE em pesquisas acadêmicas é cada vez maior, muitos trabalhos tem sido realizados examinando as relações que existem entre o SSE e saúde, educação e desenvolvimento social (FERGUSSON, HORWOOD & BODEN, 2008). Em uma breve pesquisa, realizada em janeiro de 2015 nas bases de dados do Scopus e da Web of Science, identificou-se a quantidade de trabalhos publicados com as chaves de busca “socioeconomic status” ou “SES”. De acordo com os Gráficos 1 e 2, observa-se o crescimento de trabalhos relacionados ao tema ano a ano. Durante a década de noventa até o início do século XX, verifica-se que o crescimento era muito tímido, quando não demonstrava certa estagnação, somente a partir de, aproximadamente, 2002, que se começou uma escalada mais íngreme na produção de trabalhos acadêmicos relacionados ao SSE.

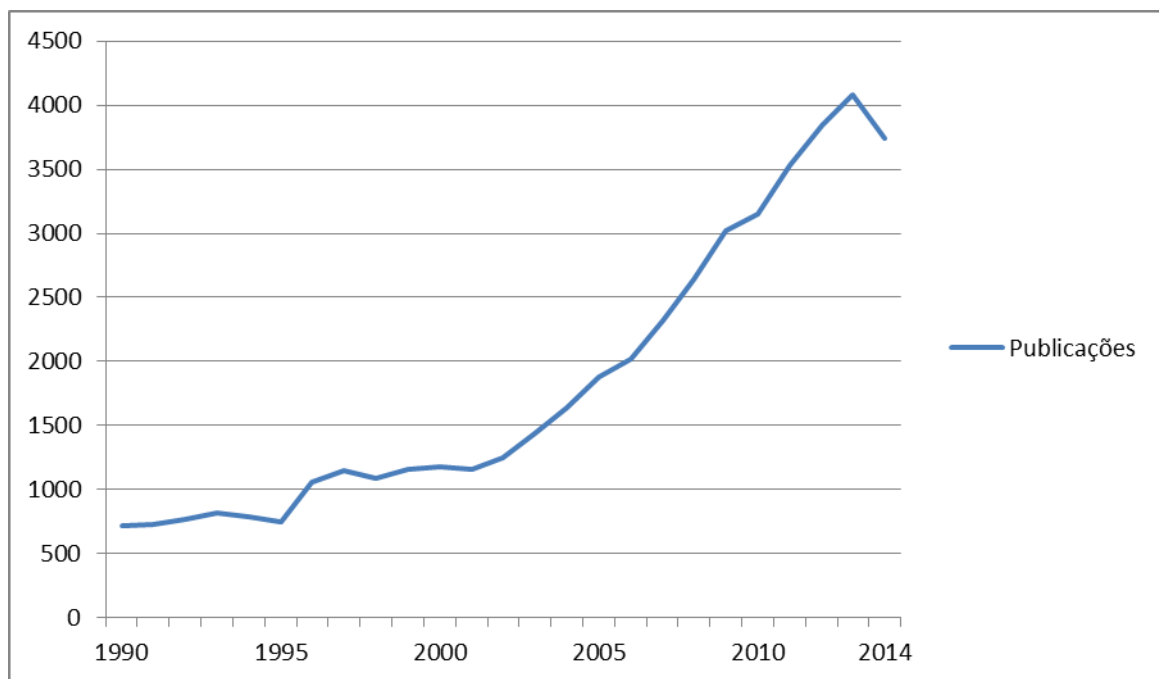


GRÁFICO 1 – Artigos publicados na base de dados *Scopus*

Fonte: SCOPUS (2015).

Nota: Elaborado pelo autor. A pequena queda em 2014 se deve, provavelmente, ao fato de que alguns periódicos não fecharam suas publicações de 2014.

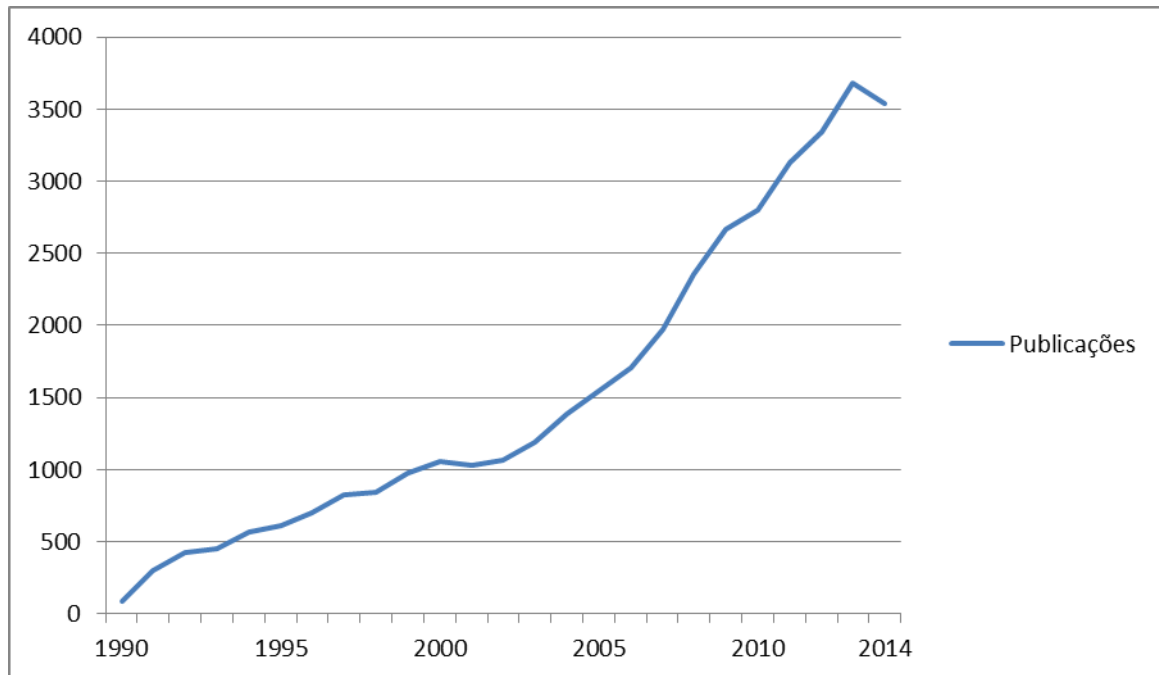


GRÁFICO 2 – Artigos publicados na base de dados *Web of Science*

Fonte: WEB OF SCIENCE (2015).

Nota: Elaborado pelo autor. A pequena queda em 2014 se deve, provavelmente, ao fato de que alguns periódicos não fecharam suas publicações de 2014.

Oakes e Rossi (2003) relatam em seu trabalho a importância dos fatores sociais como determinantes da doença e saúde dos indivíduos, de modo que a quantidade de trabalhos que relacionam o estado da saúde e SSE tenha um crescimento diretamente proporcional. Eles também mostram cinco possíveis razões para esse efeito: (i) a ciência acumula conhecimento, e há séculos a relação entre SSE e saúde é estudada; (ii) os grupos, agências, fundações, etc., que tentam entender e explicar a saúde pública, fazem grande uso do SSE; (iii) as intervenções médicas e as políticas de saúde pública podem ser otimizadas a partir do momento em que se tem uma melhor compreensão das relações entre SSE e as doenças; (iv) as estruturas socioeconômicas nos países se alteram cada vez mais com uma velocidade maior, aumentando ou diminuindo as diferenças na distribuição de renda e alterando, dessa forma, a composição do estrato socioeconômico da população e; (v) a não utilização de uma classificação coerente de SSE aliado a uma disparidade na saúde diferenciando a população por raça ou etnia podem levar ao entendimento de diferenças genéticas ou preferências de comportamento, alimentando formas de discriminação racial ou étnica. Krieger, Williams e Moss (1997), também citam dois motivos, já mencionados, para realçar por que tais informações são importantes: (i)

os séculos de evidência acumulada e; (ii) o crescimento mundial da desigualdade em renda e riqueza produz um crescimento diretamente proporcional na desigualdade socioeconômica e do acesso a programas de saúde.

Os trabalhos envolvendo o SSE se distribuem nas mais diversas áreas e ao redor do mundo todo. Segundo Soares e Andrade (2006), as pesquisas educacionais no Brasil não devem ser realizadas sem antes considerar o nível socioeconômico dos estudantes, tal pensamento provém do fato de que cada sociedade tem suas particularidades e excepcionalidades, e no caso do Brasil, nossa particularidade reside na desigualdade da distribuição de renda, gerando uma iniquidade socioeconômica. Em 1992, Lüschen, Niemann e Apelt (1997), fizeram uma pesquisa comparando o sistema de saúde da, então, recém-reintegrada Alemanha, e umas das conclusões a que chegaram foi a de que na região onde ficava localizada a antiga Alemanha ocidental, educação e renda eram o que mais influenciavam no status de saúde, enquanto que, na área correspondente à antiga Alemanha oriental, era a posição social que exercia essa mesma influência. Alderson, Junisbai e Heacock (2007) fazem uma comparação, utilizando uma medida de escala criada por eles, entre o status social e consumo de cultura, tais como exposições de música clássica, de ballet, música pop e livros nos Estados Unidos.

Nos trabalhos que relacionam nível socioeconômico a alguma outra disciplina de estudo, a forma mais comum de mensurar a posição socioeconômica do indivíduo é pelas seguintes dimensões: (i) educação; (ii) ocupação; e (iii) renda bruta. Podendo ser utilizadas separadamente ou por meio de uma combinação de duas ou de todas as três. (KRIEGER; WILLIAMS & MOSS, 1997, GALO BARDES & MORABIA, 2003, RIBAS Jr. *et al*, 2003, SOARES & ANDRADE, 2006 e QUAGLIA *et al*, 2012). Quaglia *et al* (2013) mostra que muitos autores sugerem o uso de mais de uma dimensão para descrever os múltiplos aspectos socioeconômicos da sociedade, pois, mesmo que as dimensões sejam mensuradas individualmente, frequentemente elas se correlacionam entre si. Em contrapartida, Ribas Jr. *et al* (2003), criticam os pesquisadores que fazem o uso de excessivas dimensões, essa crítica reside no fato de que a aglomeração de muitas dimensões pode ocultar o real motivo do pertencimento do indivíduo a uma determinada classe social, sendo de opinião de alguns pesquisadores dicotomizar a estratificação em áreas comuns, realizando um estrato econômico e outro social, por exemplo.

Entretanto, a utilização apenas dessas três dimensões pode causar pequenas distorções nos resultados encontrados, o tempo de escolaridade nem sempre indica as mudanças da vida adulta, a ocupação atual do indivíduo pode não condizer com o histórico empregatício e nem sempre a renda oficial é a renda declarada (GALOBARDES & MORABIA, 2003 e KAMAKURA & MAZZON, 2013a). Para tentar corrigir essas possíveis distorções, outras dimensões podem ser utilizadas no constructo do SSE, tais como, habitat e moradia (HENTSCHEL & LANJOUW, 1998, GALOBARDES & MORABIA, 2003, ICELAND & WILKES, 2006 e KAMAKURA & MAZZON, 2013ab), bens de consumo duráveis (SOARES & ANDRADE, 2006, RECTOR & SHEFFIELD, 2011, KAMAKURA & MAZZON, 2013a e KAMAKURA & MAZZON, 2013b) e acesso a serviços públicos (HENTSCHEL & LANJOUW, 1998, SOARES, 2005, SILVA & PREVIDELLI, 2012, KAMAKURA & MAZZON, 2013a e KAMAKURA & MAZZON, 2013b).

É importante, ao se relacionar SSE a outras disciplinas, verificar a validade da informação de forma crítica. Quaglia *et al* (2013) encontrou que mais mulheres com elevado SSE foram diagnosticadas com câncer de mama no Reino Unido, uma análise rasa pode levar a crer que, então, essa é uma doença de abastados, quando uma análise mais profunda poderá revelar uma falta de acesso, da parcela menos favorecida da sociedade, a programas de saúde mais eficazes e eficientes. De forma semelhante, Krieger, Williams e Moss (1997), contestam as diferenças na saúde e doenças entre etnias, em que, alguns autores atribuem às diferenças genéticas ou culturas inferiores, ao invés de verem a discriminação racial, de agora e do passado. Etnia e gênero são constructos sociais, e não biológicos (KRIEGER; WILLIAMS & MOSS, 1997).

2.3.3 Dimensões Mais Utilizadas

Cada pesquisador definiu e utilizou seus métodos para decidir quais dimensões seriam utilizadas em suas ferramentas de estratificação socioeconômica, desde observação e comparação (HOLLINGSHEAD, 1975, ADAMS *et al*, 1997, KRIEGER; WILLIAMS & MOSS, 1997, SCOTT, 2002, ICELAND & WILKES, 2006,

SOARES & ANDRADE, 2006 e QUAGLIA *et al*, 2013), passando por modelos de regressão clássicos (HODGE, 1981, MAZUMDAR, 1999, RIBAS Jr. *et al*, 2003, RIBAS Jr., MOURA & BORNSTEIN, 2003, GALO BARDES & MORABIA, 2003, ALDERSON; JUNISBAI & HEACOCK, 2007, PICHLER & WALLACE, 2009 e KAMAKURA & MAZZON, 2013b) à Teoria da Resposta ao Item (SOARES, 2005 e SILVA & PREVIDELLI, 2012).

Vale ressaltar que, de acordo com Mazumdar (1999), uma escolha de quais dimensões a se utilizar e o peso relativo de cada uma vão variar muito de pesquisador para pesquisador e existe uma vasta gama de indicadores e indexadores encontrados na literatura e a escolha de quais e como os dados serão mensurados, relacionados e analisados pode influenciar nos resultados das pesquisas científicas e de mercado (KRIEGER; WILLIAMS & MOSS, 1997 e QUAGLIA *et al*, 2013).

2.3.3.1 Ocupação

Ocupação, provavelmente, é a dimensão socioeconômica mais utilizada em métodos de estratificação do SSE, e sem dúvida sua importância não pode deixar de ser relevada, como Alderson, Junisbai e Heacock (2007) fazem questão de frisar em seu trabalho, ao assumir a hipótese que, dentre toda literatura existente sobre estratificação socioeconômica, a dimensão ocupação assume o papel central na ordenação do status de indivíduos nas sociedades contemporâneas. O mesmo foi salientado por Soares e Andrade (2006), quando dizem que a ocupação (e renda) dos pais (ou chefes de família) são excelentes indicadores da posição social da família. Para Hollingshead (1975), ocupação pode se alterar ao longo da vida, mas costuma a se tornar estável a partir do fim da segunda década de vida e durante a terceira década, para ele ocupação é um indicativo de habilidade e capacidades que os indivíduos possuem para realizarem suas funções na sociedade.

Entretanto, essa presunção de que ocupação é um excelente indicador de posição social não é unânime entre os pesquisadores. Hodge (1981) já propunha em seu trabalho que, diferentemente de outras dimensões como educação formal e

renda anual, a ocupação, por ela mesma, não é o suficiente para determinar uma ordem hierárquica de indivíduos na sociedade. A ocupação é uma medida qualitativa que classifica as pessoas pelo tipo de trabalho que faz e que não há nada que faz um trabalho ser mais importante, ou relevante, que o outro, o fato de que alguns trabalhos requerem uma especialização, seja técnica ou graduação, já seriam mensuradas na dimensão de educação, e a renda também já seria um indicador a parte, não podendo ignorar que ao perder ou trocar, para melhor ou pior, um emprego, a pessoa não perderia sua classe social (HODGE, 1981 e MATTOSO, 2006). Contudo, vale ressaltar que nem sempre a formação do indivíduo corresponde com sua ocupação e que a renda pode não ser exclusivamente oriunda de seu trabalho principal.

2.3.3.2 Educação

A educação é uma dimensão que varia muito durante a vida de um indivíduo, e só vai manter uma trajetória retilínea ao começo da vida adulta do mesmo. A instrução formal recebida se reproduz no conhecimento demonstrado e nos gostos culturais, e de forma geral, educação é um pré-requisito para se alcançar ocupações que proporcionam um maior prestígio social na sociedade (HOLLINGSHEAD, 1975). Mazumdar (1999), pesquisou setenta países utilizando variáveis socioeconômicas para medir a qualidade de vida e concluiu que o fator mais importante para a igualdade social e o progresso econômico de uma nação é por meio da educação. Kamakura e Mazzon (2013a) tratam a educação como o potencial para se galgar os degraus da escala social, enquanto outras dimensões representam mais a condição atual do indivíduo.

Em países considerados desenvolvidos é comum que um alto grau de instrução (graduação e pós-graduação) se torne mais comum e com isso a dimensão educação perca seu peso relativo, como supõem Galobardes e Morabia (2002), em seu trabalho voltado para o Estados Unidos e para países europeus, entretanto, se tratando do Brasil, onde em torno de apenas 11% dos indivíduos com mais de vinte e cinco anos tem algum curso superior e 25% dos indivíduos com a

mesma idade tem o ensino médio completo, de acordo com os dados do censo 2010 (IBGE, 2015), a educação é um fator importante no momento de se identificar o SSE da população.

Krieger, Williams e Moss (1997) fazem uma importante ponderação para o uso de educação como uma dimensão do SSE, é comum nas pesquisas essa dimensão ser medida como “anos de estudo”, quando é mais concreto se utilizar “grau completo ou incompleto”, isso decorre da diferença de um ano de escolaridade entre completar o 1º ou 2º ano do ensino médio e completar o 3º ano é bem palpável, já que só completando o 3º ano, o aluno está habilitado a ingressar no ensino superior.

2.3.3.3 Renda

Como acontece com outras dimensões discutidas, a renda é uma dimensão que representa um bom parâmetro para se medir o SSE do indivíduo, fato ratificado por Soares e Andrade (2006) quando assume que o nível socioeconômico se manifesta, entre outros, em indicadores de renda, mas mesmo assim ela carrega uma problemática no momento de realizar sua mensuração (KAMAKURA & MAZZON, 2013a), nas pesquisas autodeclaráveis, a renda proveniente de um emprego estável é mais fácil de ser aferida e declarada corretamente, diferente do que ocorre em trabalhos temporários ou informais (HENTSCHEL & LANJOUW, 1998).

Outro problema apresentado por Neri (2011) é o de que se deve evitar utilizar índices pré-fixados de renda para determinar as faixas de classe socioeconômica, como, por exemplo, o salário mínimo. Ele explica que esses índices não são confiáveis porque nem sempre eles acompanham o índice de inflação, e costumam perder poder aquisitivo ao longo do tempo. Essa definição se aplica perfeitamente quando se faz uma estratificação num ponto determinado do tempo, quando se realiza comparações temporais se torna viável o uso de um índice pré-indexado, mesmo que ele não represente, perfeitamente, um mesmo poder aquisitivo.

Kamakura e Mazzon (2013b) expõem dois tipos de renda, a renda corrente e a renda permanente, a renda corrente estaria relacionada com a possibilidade de angariar recursos, seja por meio do emprego formal ou informal, seja por meio dos investimentos, e a renda permanente se caracteriza, principalmente, por posse de bens de consumo, que será explicado melhor no próximo tópico. O uso da renda sozinha só proporcionaria uma visão clara do SSE do indivíduo se a renda for sustentável, seja por meio de emprego fixo, ou atividades autônomas e deve-se levar em consideração o tamanho do núcleo familiar pesquisado, já que, obviamente, famílias mais numerosas necessitam de mais recursos do que famílias menos numerosas, sendo assim, o melhor emprego para o cálculo da dimensão de renda seria a de renda *per capita* (NERI, 2011). Renda é um indicador necessário, mas ele não pode ser exclusivo, ele é eficiente para determinar a atual posição do indivíduo, mas ele é um indicador fraco para determinar o real alcance desse indivíduo (KAMAKURA & MAZZON, 2013a).

2.3.3.4 Posse de bens

A posse de bens de consumo duráveis está intimamente relacionada ao conjunto de dimensões (como a renda corrente e o emprego de trabalhadores domésticos) que mensuram a riqueza, ou, renda permanente, de acordo com Kamakura e Mazzon (2013b). Todavia, segundo a Kamakura e Mazzon (2013a), muitos pesquisadores criticam o uso de bens de consumo como indicadores de renda permanente, uma das críticas é fundamentada na dinamicidade da sociedade contemporânea, em que as mudanças culturais, sociais e, principalmente para esse caso, tecnológicas e econômicas ocorrem de forma espontânea e natural (KAMAKURA E MAZZON, 2013b). Soares e Andrade (2006) criticam o uso de alguns bens de consumo, como é o caso de aparelhos celulares, que tiveram uma mudança significativa nos últimos anos no seu perfil de uso, mas mesmo assim eles não deixam de relatar como a presença de bens de conforto domésticos nas residências pode ser útil para determinar o nível socioeconômico.

Silva e Previdelli (2012) realizaram uma pesquisa com o intuito identificar indicadores para a mensuração dos níveis socioeconômicos de domicílios, nela eles identificaram que alguns itens (como rádio e geladeira), em relação à proporção de domicílios com posse desses itens, tinham valores muito elevados, o que dificultava o seu uso, pois representavam indicadores com informação fraca e não valiosa. Jannuzzi (2003) tem uma opinião mais incisiva sobre esse tópico, para ele esse tipo de abordagem tende cada vez mais perder sua utilidade e validade como um indicador dos hábitos de consumo e de SSE. Ele também argumenta que as mudanças econômicas permitiram um maior acesso ao crédito e uma facilitação na compra de alguns produtos, principalmente da chamada “linha branca”, no final da década de noventa, itens como fogão, televisão e geladeira estavam presentes, em média, em 90% dos domicílios brasileiros. Esse maior acesso a bens de consumo duráveis é uma situação recorrente em todo lugar, Rector e Sheffield (2011) estipulam que uma residência considerada de família pobre, ou baixa classe econômica, nos Estados Unidos possui carro, lavadora de roupas, ar condicionado, ao menos duas TV’s a cores com uma rede de cabo ou satélite e uma cozinha com geladeira, fogão e forno, micro-ondas e cafeteira.

2.3.3.5 Habitat e moradia

Segundo Galobardes e Morabia (2002), a região onde as pessoas residem ou seu habitat (local de residência oficial, adjacências e vizinhanças) tem o poder de determinar, melhor que indicadores tradicionais conseguem, a posição socioeconômica do indivíduo dentro de um estrato. Eles encontraram em suas pesquisas, que mais da metade de pessoas que vivem em residências de alto SSE tem uma ocupação proporcional, assim como a maioria de residências com um baixo SSE têm moradores de baixo SSE, e em todos os níveis de moradia, os indivíduos com ocupações com um valor médio de SSE seguem uma mesma proporção.

O método que Galobardes e Morabia utilizaram para avaliar as residências não é aplicável quando se trabalha com dimensões quase continentais, como é o caso do Brasil, entretanto não deixam de ser válidas quando a área geográfica for

menor, como uma cidade ou uma região. Iceland e Wilkes (2006) também relacionam SSE e habitat, mas acabam por se limitar pelo mesmo motivo exposto.

Contudo, a residência em si, pode representar um excelente indicador para a construção do SSE, muitos trabalhos utilizam como indicadores socioeconômicos a disposição de cômodos da residência, seja em número de quartos, salas ou banheiros, em números absolutos ou *per capita*, como o de Rattam (1998), Soares (2005), Silva e Previdelli (2012) e Kamakura e Mazzon (2013b).

2.3.3.6 Acesso a serviços públicos

O acesso a serviços públicos pelo indivíduo é outro indicador comum na literatura que trata de classificação socioeconômica, mas ele deve ser utilizado com cautela, pois, representa mais facilmente a disponibilidade regional de determinado serviço, do que a possibilidade do indivíduo ter acesso ao serviço, no entanto, se utilizado dentro de parâmetro bem estipulados, ele pode, na verdade, revelar uma falta de interesse político-social que refletirá no status social do indivíduo (KAMAKURA & MAZZON, 2013a). Para Hentschel e Lanjouw (1998), o acesso a serviços básicos é uma importante medida do nível de bem estar do domicílio, para eles, o acesso não pode ser só considerado como um efeito indireto do bem estar do domicílio, mas como o determinante dele.

Soares (2005) e Silva e Previdelli (2012), na montagem de seus indicadores socioeconômicos, tiveram divergências assim como tiveram convergências na determinação dos indicadores de acesso a serviços públicos a serem utilizados. Serviços como fornecimento de eletricidade, calçamento viário e recolhimento de lixo não tiveram suportes sólidos para se sustentar em uma pesquisa, os únicos serviços que apresentaram alguma relevância foram o fornecimento de água e a forma de tratamento de esgoto.

2.4 MÉTODOS DE ESTRATIFICAÇÃO SOCIOECONÔMICA

Uma observação importante a se fazer na discussão dos métodos de estratificação socioeconômica é a de que muitos métodos de estratificação já foram criados para atender as mais diversas demandas, alguns métodos são mais voltados para o caráter social do indivíduo, outros focam no poder de consumo que este o tem (HOLLINGSHEAD, 1975; SOARES, 2005). Se aplicarmos, a uma mesma população, todos os métodos de estratificação conhecidos, com certeza terão diferentes resultados, e nem por isso um método refuta o outro. Todos os métodos são desenvolvidos para atuar estatisticamente, respeitando uma margem de probabilidade de classificação correta e uma margem de erro, o fato de um, ou mais, indivíduo estar classificado em dado estrato de acordo com determinado método, mas numa verificação *in loco* se descobre que ele se encaixaria melhor em outro estrato não invalida os resultados da pesquisa (ABEP, 2015).

De acordo com Mattoso (2006), muitos autores utilizam diversos métodos para efetuar a classificação, a mensuração e a descrição de classes sociais, sem nunca chegar a um consenso sobre qual método é o mais eficiente e eficaz. Para Hodge (1981) os métodos costumam ser eficazes para as situações que eles foram criados para ser utilizados, como, por exemplo, o de Duncan (1961), que foi criado utilizando como base de pesquisa os relatórios mortuários, que continham, como única informação socioeconômica, a ocupação do falecido. Mattoso (2006) chegou ao mesmo entendimento ao afirmar que seus estudos serviriam como base de entendimento do fenômeno de estratificação em classes socioeconômicas de forma aos pesquisadores escolherem o melhor método que se encaixe nos seus interesses de pesquisa.

2.4.1 Hollingshead - Four Factor Index of Social Status (HISS)

O Hollingshead - Four Factor Index of Social Status (HISS) (HOLLINGSHEAD, 1975) é um modelo aperfeiçoado do Hollingshead - Two Factor Index (HOLLINGSHEAD, 1957). No método HISS foram incluídas na análise os indicadores de sexo e estado civil, que junto aos já existentes educação e ocupação,

de sua versão mais ultrapassada, compõem o índice, entretanto, somente educação e ocupação são pontuadas, enquanto que sexo e estado civil servem como um apoio aos dois outros indicadores. Ele é estruturado em três pontos básicos: (i) a estrutura de status que existe em nossa sociedade é desigual, (ii) os principais fatores que indicam o status social de um indivíduo é a sua ocupação e o tempo dedicado aos estudos, sexo e estado civil são fatores a serem considerados também e (iii) esses fatores são relacionáveis e um pesquisador pode determinar onde um indivíduo ou o núcleo familiar está inserido na nossa estrutura social (HOLLINGSHEAD, 1975).

Esse método avalia, principalmente, o status social do núcleo familiar, já que em nenhum momento ele leva em consideração os rendimentos ou os bens que o indivíduo possui. Para sua utilização primeiro se determina quem é o chefe de família, ou, no caso de um núcleo familiar em que ambos os membros do casal trabalhem, são considerado os dois para efeito do cálculo do índice, em seguida é quantificado um valor de acordo com o grau de instrução (tabela 1) desse chefe de família, no caso da utilização do casal, é tirado uma média simples entre os dois, sendo o resultado multiplicado por três, que é o peso relativo dessa dimensão.

TABELA 1 – Pontuação de acordo com grau de instrução

Grau de instrução	Pontuação
Ensino fundamental incompleto	1
Ensino fundamental completo	2
Ensino médio incompleto	3
Ensino médio completo	4
Superior incompleto ou técnico	5
Superior completo	6
Pós-graduação	7

Fonte: Hollingshead, 1975

Nota: Tradução e adaptação das escolaridades às realidades brasileiras feitas pelo o autor

O próximo passo é verificar o *score* da ocupação (tabela 2), obedecendo a mesma regra de ser tirada a média simples para o caso de casais, e o resultado é multiplicado por cinco. Somando os dois resultados encontrados é criado o *score* final, que pode variar entre 8 e 66.

TABELA 2 – Pontuação de acordo com a ocupação

Ocupação	Pontuação
Altos executivos, proprietários de grandes negócios e grandes profissionais	9
Administradores, profissionais menores e proprietários de negócios médios	8
Proprietários de negócios menores, fazendeiros, gerentes e profissionais pequenos	7
Técnicos, semiprofissionais e proprietários de pequenos negócios	6
Clero, comerciantes, pequenos fazendeiros e negociantes	5
Negociantes menores, trabalhadores manuais treinados, artesãos e arrendatários	4
Operadores de máquinas e trabalhadores de pouco treinamento	3
Trabalhadores sem treinamento	2
Trabalhador do campo e de serviços braçais	1

Fonte: Hollingshead, 1975

Nota: Tradução feita pelo autor

Hollingshead (1975) deixa o relato de duas tarefas inacabadas em seu trabalho, (i) a necessidade de uma pesquisa mais profunda para determinar como o estado civil influencia no status social e (ii) uma divisão em classes sociais significativa. Ele também não deixa claro a influência que o gênero produz nas classes sociais, ele só relata que para uma mesma ocupação, há uma disparidade substancial nos rendimentos de acordo com o gênero, com o homem sempre ganhando mais do que as mulheres em todos os níveis de prestígio social pela ocupação e que, em média, mulheres precisam de menos anos de instrução do que homens para alcançar cargos com o mesmo prestígio social.

Dois trabalhos merecem destaque a respeito do uso do método HISS no Brasil. O primeiro trabalho, de Ribas Jr., Moura e Hutz (2004), utilizou o método para classificar mais de 400 indivíduos residentes na cidade do Rio de Janeiro, encontrando um *score* médio de 44,5, com o desvio-padrão de 16,4, e o segundo trabalho, de Moura *et al* (2004), classificou mais de 400 mães que tinham apenas um filho ou filha, com menos de um ano de idade, residentes em seis centros urbanos (Belém, Itajaí, João Pessoa, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador), os

resultados dessa pesquisa podem ser vistos na tabela 3. Nela é constatado a disparidade social que há entre os centros urbanos do sul e sudeste e os do nordeste, disparidade essa mais acentuada entre os centros do Rio de Janeiro (47,04) e de Salvador (33,15), mas os valores mais baixos não são exclusividade do nordeste, o centro urbano de Itajaí, que fica localizado no nordeste de Santa Catarina, ficou com um *score* relativo abaixo da média nacional (41,14 e 42,21, respectivamente).

TABELA 3 – Resultados do método HISS em centros urbanos brasileiros

	Belém	Itajaí	João Pessoa	Porto Alegre	Rio de Janeiro	Salvador	Total
Nº de entrevistadas	60	109	62	62	59	53	405
Score médio escolaridade	4,32 (1,58)	4,20 (1,55)	4,56 (1,28)	4,97 (1,37)	5,19 (1,34)	3,61 (2,07)	4,46 (1,60)
Score médio ocupação	6,40 (2,79)	6,71 (1,85)	5,53 (2,52)	6,20 (2,10)	6,87 (1,66)	4,36 (3,32)	6,21 (2,36)
Score SSE	43,04 (16,18)	41,14 (13,56)	39,15 (14,03)	46,43 (13,43)	47,04 (13,47)	33,15 (19,61)	42,21 (15,00)

Fonte: Moura *et al* (2004)

Nota: Os números entre os parênteses se referem ao desvio-padrão da amostra

2.4.2 Critério de Classificação Econômica Brasil

O Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB), que é elaborado anualmente pela Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa (ABEP) (A ABEP é o resultado da fusão das extintas ANEP – Associação Nacional de Empresas de Pesquisa e da ABIPEME – Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa de Mercado) é o método mais utilizado no Brasil com o intuito de medir a condição econômica e de acesso a bens de consumo da população. Anualmente a ABEP atualiza os índices de seus indicadores de forma a melhor representar os núcleos familiares brasileiros (ABEP, 2012; ABEP, 2013 e ABEP, 2014).

O método CCEB é estruturado em um sistema de pontos que utiliza duas tabelas, uma referente aos bens ou serviços possuídos (tabela 4) e outra sobre o

grau de instrução do chefe de família (tabela 5), é realizada uma soma simples entre essas duas tabelas.

TABELA 4 – Pontuação por posse de bens e serviços

Posse de itens	Pontuação pela quantidade de itens				
	0	1	2	3	4 ou +
Banheiros	0	3	7	10	14
Empregados domésticos	0	3	7	10	13
Automóveis	0	3	5	8	11
Microcomputador	0	3	6	8	11
Lava louça	0	3	6	6	6
Geladeira	0	2	3	5	5
Freezer	0	2	4	6	6
Lava roupa	0	2	4	6	6
DVD Player	0	1	3	4	6
Micro-ondas	0	2	4	4	4
Motocicleta	0	1	3	3	3
Secadora de roupas	0	2	2	2	2

Fonte: ABEP, 2013

TABELA 5 – Pontuação por grau de instrução

Escolaridade	Pontuação
Analfabeto / Fundamental incompleto	0
Fundamental I completo / Fundamental II incompleto	1
Fundamental II completo / Médio incompleto	2
Médio completo / Superior incompleto	4
Superior completo	7

Fonte: ABEP, 2013

O resultado obtido da soma das tabelas 4 e 5 é então comparado com a da tabela 6 para determinar a qual classe social pertence aquele núcleo familiar. Esse método é aplicado a domicílios e tem por principal função estratificar em classes de acordo com o poder de consumo da população, então, ele só leva em consideração os bens e o grau de instrução, esse segundo em virtude da prerrogativa de quanto maior o grau de instrução do indivíduo, um melhor acesso a recursos ele terá, e assim, uma maior capacidade de consumo (KAMAKURA & MAZZON, 2013b).

TABELA 6 – Corte das classes sociais por pontuação

Classe	Pontos
A1	42 - 46
A2	35 - 41
B1	29 - 34
B2	23 - 28
C1	18 - 22
C2	14 - 17
D	8 - 13
E	0 - 7

Fonte: ABEP, 2013

Para o ano de 2015 a ABEP já atualizou seu método de classificação de consumo com uma alteração na pontuação dos itens e a inclusão da condição de acesso a serviços públicos (Tabela 7).

TABELA 7 – Pontuação por acesso a serviços públicos

Serviços públicos	Pontuação	
	Não	Sim
Água encanada	0	4
Rua pavimentada	0	2

Fonte: ABEP, 2014

Anualmente a ABEP divulga o resultado do CCEB por meio de suas cartilhas ou do seu endereço eletrônico. Ela, geralmente, compila os dados obtidos pela pesquisa de LSE - Levantamento socioeconômico -, que é feita anualmente, para poder chegar a seus resultados. A previsão para 2015 é a de que ela se utilize os dados da POF - Pesquisa Orçamento Familiar - 2010-2014, em uma tentativa de estratificar com mais precisão as classes de consumo da população brasileira.

No gráfico 3 está representado a estratificação da população brasileira de nove grandes centros urbanos de acordo com ABEP, utilizando dos dados do LSE de 2012. No gráfico é mostrado que a quantidade de domicílios classificados como D e E nas regiões metropolitanas do nordeste ficam acima da média nacional, e que

o Distrito Federal possui a maior concentração de domicílios da classe A1. Um dado curioso nesse gráfico é referente à região da Grande Belo Horizonte, que possui um índice acima da média tanto para o estrato mais baixo (classes D e E) quanto para o estrato mais alto (classe A1 e A2).

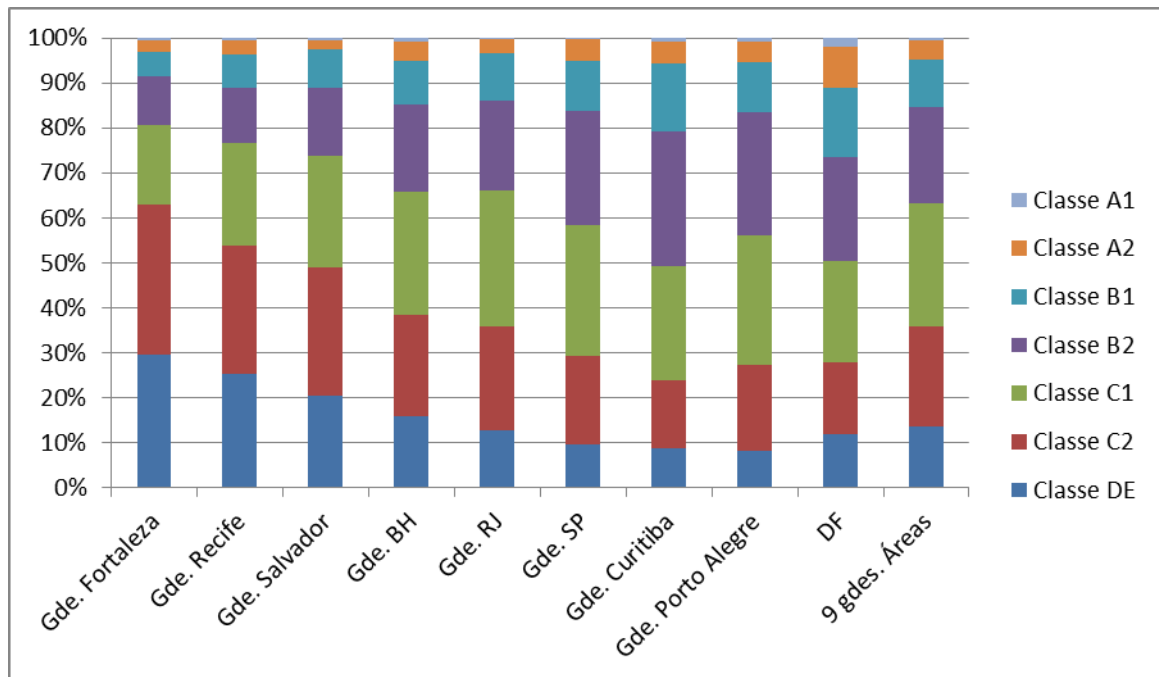


GRÁFICO 3 - Divisão da população brasileira por classes econômicas pelo método CCEB em 2012
Fonte: ABEP, 2013

2.4.3 O critério SAE

A Secretária de Assuntos Estratégicos (SAE) foi criada através da Lei nº 11.754, de 23 de julho de 2008. Ela é um órgão do governo que tem o status de ministério e tem como objetivo definido por lei a assessoria direta e imediata ao Presidente da República no planejamento nacional e na elaboração de subsídios para formulação de políticas públicas de longo prazo voltadas ao desenvolvimento nacional. E suas competências compreendem:

- I – O planejamento nacional de longo prazo;

II – A discussão das opções estratégicas do País, considerando a situação presente e as possibilidades do futuro;

III – A articulação com o governo e a sociedade para formular a estratégia nacional de desenvolvimento em longo prazo; e

IV – A elaboração de subsídios para a preparação de ações de governo.

O critério de classificação desenvolvido pela SAE em 2012, teve por meta estabelecer de forma clara e concisa qual é classe média no Brasil (KAMAKURA & MAZZON, 2013b). Ele se baseou unicamente na renda bruta *per capita* declarada do domicílio. O método dividiu a população brasileira em um percentil de acordo com a renda utilizando os dados da PNAD, a partir daí, usando o método de polarização (ou clusterização), identificou, estatisticamente, os grupos mais homogêneos entre si e mais heterogêneos em relação aos demais, com isso estratificou a população brasileira em três classes: (i) baixa; (ii) média e; (iii) alta; após isso, foi realizado o mesmo processo de clusterização, só que dentro de cada classe já encontrada e dividiu o estrato em oito classes econômicas (SAE, 2015).

Essa divisão em percentis da população também serviu para determinar os pontos de corte das classes, a tabela 8 mostra o resultado dos pontos de corte, de acordo com método. A tabela 8 também mostra qual é a renda média *per capita* e familiar dentro de cada faixa do estrato.

TABELA 8 – Corte das divisões e renda média das classes econômicas pelo critério SAE

continua

Classes		Ponto de corte (R\$/mês)	Renda <i>per capita</i> média (R\$/mês)	Renda familiar média (R\$/mês)
Baixa	Extremamente pobre	0 – 81	42	227
	Pobre	82 – 162	124	648
	Vulnerável	163 – 291	227	1.030
Média	Baixa classe média	292 – 441	364	1.540
	Média classe média	442 – 641	535	1.925

TABELA 8 – Corte das divisões e renda média das classes econômicas pelo critério SAE
conclusão

Classes		Ponto de corte (R\$/mês)	Renda <i>per capita</i> média (R\$/mês)	Renda familiar média (R\$/mês)
Alta	Alta classe média	642 – 1.019	804	2.813
	Baixa classe alta	1.020 – 2.480	1.503	4.845
	Alta classe alta	2.481+	4.687	12.988

Fonte: SAE, 2015

Nota: Valores referentes a abril/2012

De acordo com o critério SAE (SAE, 2015), em 2001, 48% da população brasileira pertencia à classe baixa, 38% faziam parte da classe média e somente 14% eram da classe da classe alta. Já em 2009, 34% da população brasileira estava inserida na classe baixa, 48% pertenciam à classe média e 17% estavam na classe alta. O gráfico 4 mostra a evolução do estrato de classes entre os anos de 2001 e 2009.

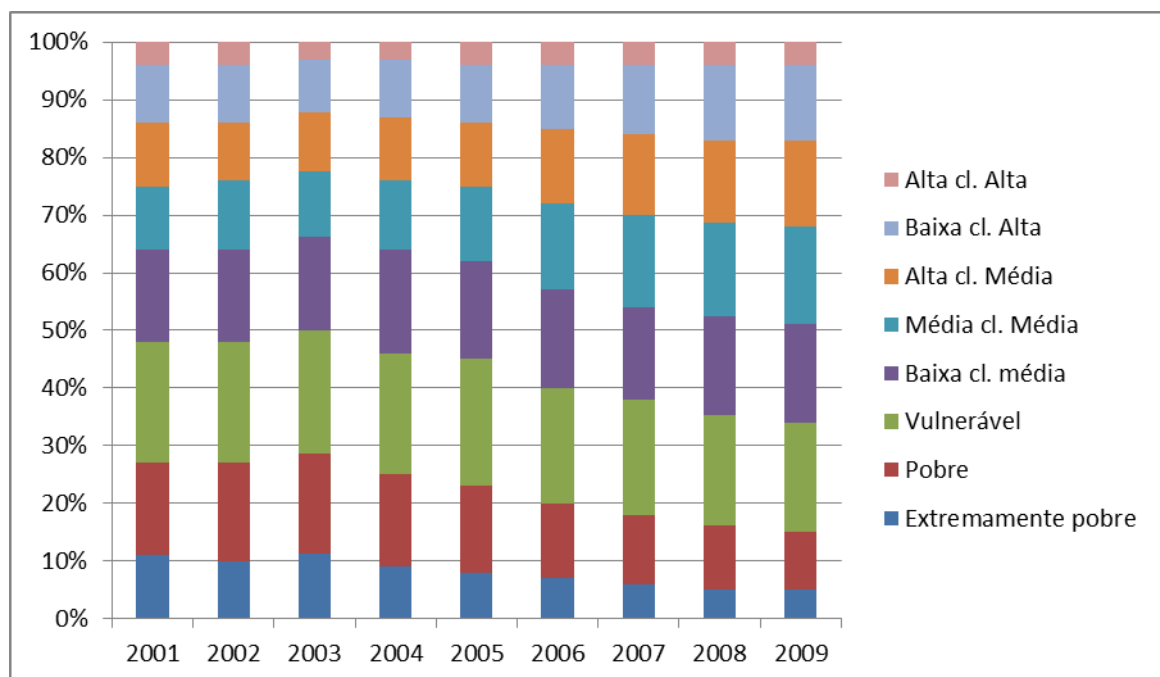


GRÁFICO 4 - Divisão da população brasileira por classes econômicas pelo critério SAE em 2012

Fonte: SAE, 2015

3. MATERIAIS E MÉTODOS

Nesse capítulo serão detalhados os materiais e métodos utilizados para o desenvolvimento deste trabalho, os passos seguidos na revisão bibliográfica, a fonte de dados a serem compilados pelo método de estratificação proposto e o desenvolvimento do método propriamente dito.

3.1 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

A revisão bibliográfica ou bibliometria representa um papel crucial na composição das pesquisas acadêmicas, ela é o primeiro passo a ser tomado e é realizada pelo pesquisador que define os limites da pesquisa formulando tópicos, palavras chaves de consulta, bases de dados a serem consultadas, entre outros (CONFORTO; AMARAL & SILVA, 2011). Deve-se buscar sempre, da melhor maneira o possível, o pragmatismo na execução da revisão bibliográfica, com intuito de criar uma consistência e uma relevância do material levantado.

Costa (2010, p. 116) destaca mais detalhadamente a definição de revisão bibliográfica: “[...] a bibliometria é definida como estudo de técnicas e métodos para o desenvolvimento de métricas para documentos e informações, buscando associar estatística à pesquisa bibliográfica”. Desse modo, a bibliometria visa desenvolver uma metodologia que poderá ser replicada dada a necessidade.

A pesquisa bibliográfica em questão foi realizada em três momentos, nos meses de setembro de 2013, julho de 2014 e janeiro de 2015. As palavras chaves para as buscas foram definidas se baseando no objeto do trabalho, 'método de classificação/estratificação do status socioeconômico no Brasil', com isso em mente os seguintes termos de busca foram utilizados, representando duas pesquisas independentes: (i) (brasil OR brazil OR brazilian) AND (classificação OR classification OR status) AND (socioeconomic* OR socioeconomic) e; (ii) (socioeconomic OR socioeconomic* OR "social class" OR "classe social") AND (stratification OR estratificação). Além das ferramentas de álgebra booleanas utilizadas (AND e OR), foi utilizado também o caractere especial "*" que funciona como uma letra coringa, no caso foi utilizado para incluir tanto o gênero masculino quanto o feminino da palavra. Essa pesquisa foi realizada em duas bases de dados, Scopus e ISI Web of Knowledge, elas foram escolhidas pela sua abrangência de publicações no mundo acadêmico científico.

Essas pesquisas pareadas retornaram mais de 4000 publicações de cada vez que foram realizadas, somando os resultados das duas bases de dados. A próxima providência foi filtrar por artigos e revisões, o que não resultou em grandes diferenças em números absolutos, então um novo termo de pesquisa foi lançado aos resultados já obtidos: (medição OR mensuração OR measurement) AND (metodologia OR methodology). Essas medidas tornaram possível uma análise um pouco mais criteriosa, foram avaliados os títulos e as palavras chaves em busca de referências a uma metodologia de classificação para então ser analisado os seus resumos. As publicações que não explicitavam a metodologia da estratificação ou usavam uma classificação pré-determinada foram ignoradas, assim como os artigos encontrados nas duas bases de dados e nas pesquisas anteriores. A tabela 9 relaciona o passo-a-passo realizado com a quantidade de artigos encontrados em cada fase da pesquisa.

TABELA 9 – Resultados encontrados na revisão bibliográfica em cada período de pesquisa

Etapas da pesquisa	Data / Base de dados					
	Setembro/2013		Julho/2014		Janeiro/2015	
	Scopus	ISI	Scopus	ISI	Scopus	ISI
Termo inicial - (brasil OR brazil OR brazilian) AND (classificação OR classification OR status) AND (socioeconomic* OR socioeconomic) e (socioeconomic OR socioeconomic* OR “social class” OR “classe social”) AND (stratification OR estratificação)	2.780	1.007	3.092	1.573	3.281	1.730
Refinamento em artigos e revisões	2.687	975	2.991	1.527	3.166	1.694
Termo secundário - (medição OR mensuração OR measurement) AND (metodologia OR methodology)	494	24	552	34	637	104
Análise de título e palavras chave	11	4	3	1	2	2
Análise do resumo	9	3	3	1	1	0
Publicações selecionadas	7	3	2	1	0	0

Fonte: Elaborado pelo autor

Nem todos os artigos encontrados nas pesquisas foram utilizados na elaboração do referencial teórico desse trabalho e nem todos utilizados foram encontrados por meio desta pesquisa, alguns autores foram sugeridos pelo orientador do trabalho, outros artigos foram utilizados por terem sido citados em artigos encontrados na pesquisa, e, por último, algumas pesquisas extras, e não padronizadas, foram realizadas para atender alguns tópicos específicos do referencial teórico.

3.2 INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

Em novembro de 1936, por meio do Decreto nº 1.200 de 17/11/1936, foi criado no Brasil o, então, Instituto Nacional de Estatística (INE), em função do encerramento das atividades do Departamento Nacional de Estatística, extinto em 1934, que havia deixado uma lacuna de um órgão representativo e capacitado nas tarefas de coordenar e articular as pesquisas estatísticas de forma unificada em todo o território brasileiro (PENHA, 1993). A partir da criação do Conselho Brasileiro de Geografia em 1937, através do Decreto nº 1.527 de 24/03/1937, o qual foi incorporado ao INE, nasceu, em 1938, o órgão que é conhecido hoje por Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que também era composto pela Comissão Censitária Nacional, criada pelo Decreto nº 237 de 02/02/1938, com a missão de realizar o censo de 1940 (PENHA, 1993 e Almeida, 2000).

O IBGE é um órgão da administração pública federal, vinculado diretamente ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Considerada por Almeida (2000) como a “maior agência de planejamento territorial do governo brasileiro”, ainda de acordo com Almeida (2000), a criação do IBGE foi uma tentativa de aproximar a sociedade do diálogo direto com o governo federal, sem intermediações de políticas municipais ou estaduais, dada essa sua importante característica e para atender as suas necessidades, como a cobertura a todos os entes federativos da União, o IBGE tem sua composição formada por unidades estaduais e setores de documentação e disseminação de informações em todos os 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, além de 581 agências de coleta de dados nos principais municípios do Brasil (IBGE, 2015).

A missão desempenhada pelo IBGE hoje é a identificação e análise do território, contagem da população, mostra a evolução econômica do Brasil através do trabalho e produção de sua população informando, ainda, como as pessoas vivem, oferecendo uma visão completa e atual do país.

O IBGE é responsável por organizar, executar e divulgar dados e resultados de inúmeras pesquisas de naturezas social, econômica e demográfica. Entre as pesquisas mais importantes realizadas pelo IBGE, podemos citar a Pesquisa Nacional por amostra de domicílios (PNAD), que obtêm dados, de forma anual, sobre as características socioeconômicas e demográficas da população, o Produto Interno Bruto do país e dos municípios (PIB e PIB-M), o qual estima em valores monetários a arrecadação municipal com agropecuária, indústria, serviços, exportações e importações criam indicadores sociodemográficos, econômicos, de

saúde, de desenvolvimento, entre outros, e, o que pode ser considerado sua mais importante pesquisa, o Censo Demográfico Brasileiro (IBGE, 2015).

3.2.1 Censo Demográfico Brasileiro

O Censo Demográfico Brasileiro (CDB) é uma pesquisa domiciliar que produz informações vitais sobre a população brasileira, é a partir dessas informações que muitas políticas públicas e decisões econômicas, sejam em uma das três esferas do poder público (municipal, estadual ou federal), seja pelo setor privado. É a única pesquisa realizada pelo poder público que abrange os mais de 5.000 municípios brasileiros, em seus mais de 65.000.000 de domicílios em localidades rurais ou urbanas, em recortes internos como distritos e bairros. É a melhor referência para a situação da vida da população, dada à extensão territorial de sua pesquisa e a profundidade do seu questionário, as demais pesquisas domiciliares são feitas por meio de amostragem, sendo não representativas para todos os níveis geográficos (IBGE, 2015).

O CDB é realizado a cada dez anos, tendo sua primeira edição realizada no final do século XIX, no ano de 1890 (em 1872 foi realizada a primeira contagem populacional no Brasil, mas a ideia conceitual do censo decenal só foi tomada a partir 1890) (IBGE, 2015). O Brasil é um exemplo de regularidade e inovação nas pesquisas do CDB na América Latina, ele foi o primeiro a incluir o tema de fecundidade e é o único a recolher informações sobre a renda da população, a partir de 1960 o CDB adicionou a técnica de pesquisa por meio de amostragem através de um questionário mais amplo, gerando assim dois grupos de resultados: (i) resultados do universo e; (ii) resultados da amostra (OLIVEIRA & SIMÕES, 2005 e IBGE, 2015). A partir da descentralização político-econômica por meio da constituição de 1988, a importância do CDB se tornou ainda maior, pois passou a ser por meios de seus resultados que os planos econômicos plurianuais passaram a ser desenvolvidos (IBGE, 2015).

Em 1990, devido à morosidade na liberação da contratação dos 190.000 recenseadores temporários necessários para a realização do CDB, que só foi dada

depois de junho do mesmo ano, não foi conseguido, em tempo hábil, a realização de todo processo burocrático que há na contratação pelo setor público para realizar o CDB ainda em 1990, desse modo, no uso de suas atribuições, o IBGE decidiu por fazer a pesquisa no ano de 1991, foi também a partir desse ano que o CDB utilizou disquetes e formas informatizadas de consulta aos micro dados e pesquisas realizadas (OLIVEIRA & SIMÕES, 2005 e IBGE, 2015). Esse distúrbio na regularidade do CDB acabou por gerar certas complicações para os pesquisadores quando se é utilizado os dados de vários censos.

No quadro 2 constam os censos realizados no Brasil com algumas observações pertinentes a cada evento.

QUADRO 2 – Observações sobre os censos realizados no Brasil

continua

Ano de realização	Observação
1872	Primeira contagem populacional no Brasil, foi realizado com o intuito de recensear todos habitantes do Brasil Império, fossem nacionais ou estrangeiros, presentes ou ausente, livres ou escravos.
1880	Por problemas políticos, não foi realizado censo nesse ano.
1890	Primeira pesquisa a ser considerada, em essência, um censo demográfico, entretanto, seus resultados são bastante contestáveis dada a cobertura e a qualidade da pesquisa.
1900	Como em 1890, seus resultados são bastante contestáveis dada a cobertura e a qualidade da pesquisa.
1910	A exemplo de 1880, problemas políticos impediram a realização do censo nesse ano.
1920	O censo desse ano, apesar de ter sido muito rico em detalhes, teve falhas na contagem da população, de acordo com pesquisas posteriores.

QUADRO 2 – Observações sobre os censos realizados no Brasil

conclusão

Ano de realização	Observação
1930	Também por problemas políticos, não houve recenseamento nesse ano.
1940	O censo de 1940 representa um grande avanço nas pesquisas censitárias brasileiras. Elas começam a atender os padrões internacionais, de forma a gerar uma maior uniformidade e comparabilidade entre nações, principalmente, das américas.
1950	Com esse censo foram criadas as condições necessárias para as pesquisas de estudos demográficos abrangerem todo o território brasileiro.
1960	Nesse ano, devido ao grande aumento populacional do Brasil, o IBGE reorganizou o questionário de maneira a terem dois questionários: (i) um primeiro mais básico, que viria a ser respondido por todos os domicílios; e (ii) um mais complexo, amplo e detalhado, que seria respondido por cerca de 25% da população. Os resultados da pesquisa desse ano, por conta das turbulências políticas internas, só vieram a ser publicados, e mesmo assim parcialmente, em 1978.
1970	1970 representa um marco para os censos brasileiros, dado sua organização, os detalhes dos questionários e a confiabilidade dos resultados obtidos. Seus dados foram analisados exaustivamente durante toda a década.
1980	O censo de 1980 deu continuidade ao processo amplificando a investigação dos censos anteriores.
1991	Em 1991 ocorreu o censo que deveria ter acontecido em 1990 por conta da força das crises fiscais que se abateram sobre o país na década de 80. Início do uso mais extensivo da informática nas pesquisas.
2000	O censo de 2000 contou com as maiores inovações da informática para a sua realização gerando maior qualidade e transparência em todas suas etapas, desde a construção do questionário até à divulgação dos resultados.
2010	Os resultados obtidos no censo de 2010 obtiveram um tempo recorde em sua divulgação, em menos de um ano, após sua realização, a maior parte dos dados já estava disponível para quem quisesse utilizá-los.

Fonte: Oliveira e Simões (2005) e IBGE (2015).**Nota:** Elaborado pelo o autor

Uma característica negativa sobre o questionário do CDB é que eles não se mantêm ao longo das pesquisas, podendo perguntas serem adicionadas entre uma pesquisa e outra, ou mesmo, o que é pior, serem retiradas, como é mostrado no trabalho de Oliveira e Simões (2005) representado no quadro 3. O fato de uma pergunta de um censo anterior não constar no próximo indica uma falta de continuidade que pode atrapalhar uma pesquisa, de forma que ao trabalhar com mais de um censo deve-se comparar os questionários para não gerar uma falha de continuidade nos resultados da pesquisa.

QUADRO 3 – Evolução dos dados coletados nos censos demográficos de 1872, 1890, 1900, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

continua

Dados coletados	Período da coleta dos dados											
	Ago 1872	Dez 1890	Dez 1900	Set 1920	Jul 1940	Jul 1950	Set 1960	Set 1970	Set 1980	Set 1991	Ago 2000	Ago 2010
1. Identificação, Condição de Presença e Localização Geográfica												
1.1 Nome	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
1.2 População presente	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
1.3 População residente	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X
1.4 Dados sobre a localização geográfica	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2. Informações Pessoais												
2.1 Sexo	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2.2 Idade	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2.3 Estado civil	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2.4 Nacionalidade	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2.5 Lugar de nascimento	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
2.6 Data de nascimento	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X
2.7 Filiação	-	X	X	-	-	-	-	-	-	-	-	X
2.8 Cor	X	X	-	-	X	X	X	-	-	X	X	X
3. Informações econômicas												
3.1 Ocupação, profissão ou cargo	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
3.2 Ramo de atividade	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X
3.3 Posição na ocupação	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X
3.4 Rendimento	-	-	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X
3.5 Desemprego	-	-	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X
3.6 Ocupação suplementar	-	-	-	-	X	X	-	-	-	-	X	X
3.7 Horas trabalhadas	-	-	-	-	-	-	-	X	X	X	X	X
3.8 Contribuição à previdência	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X	X	X
3.9 Local do trabalho	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X	X
4. Informações sobre o domicílio e a família												
4.1 Parentesco ou relação com o chefe	X	X	X	-	X	X	X	X	X	X	X	X
4.2 Tipos de família	-	-	-	-	-	-	-	X	X	X	X	X

QUADRO 3 – Evolução dos dados coletados nos censos demográficos de 1872, 1890, 1900, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

continuação

Dados coletados	Período da coleta dos dados											
	Ago 1872	Dez 1890	Dez 1900	Set 1920	Jul 1940	Jul 1950	Set 1960	Set 1970	Set 1980	Set 1991	Ago 2000	Ago 2010
4.3 Características físicas do domicílio	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X	-	X
4.4 Características gerais do domicílio	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X
4.5 Condições de ocupação do domicílio	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X
4.6 Valor do aluguel	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X	-	X
4.7 Tempo de residência no domicílio	-	-	-	-	-	-	-	X	X	X	X	X
5. Informações sobre a nupcialidade, fecundidade e mortalidade												
5.1 Tipo de união	-	-	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X
5.2 Ano de casamento ou união	-	X	-	-	-	-	X	-	-	-	-	X
5.3 Total de filhos tidos	-	X	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X
5.4 Filhos tidos nascidos vivos	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X
5.5 Filhos tidos nascidos mortos	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X
5.6 Filhos sobreviventes	-	X	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X
5.7 Filhos tidos no ano anterior	-	-	-	-	-	-	-	X	X	X	X	X
5.8 Data de nascimento do último filho nascido vivo	-	-	-	-	-	-	-	X	X	X	X	X
5.9 Tem mãe viva?	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X	-	-
6. Informações sobre educação												
6.1 Alfabetização	-	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
6.2 Assistência escolar	X	-	-	-	X	-	X	X	X	X	X	X
6.3 Grau de instrução	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X
6.4 Espécie de curso concluído	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X	X	X
6.5 Grau e série que frequenta	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X	X	X
6.6 Frequência a curso não seriado	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X	X	X
6.7 Última série que concluiu com aprovação	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X	X	X
6.8 Grau da última série concluída	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X	X	X

QUADRO 3 – Evolução dos dados coletados nos censos demográficos de 1872, 1890, 1900, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

conclusão

Dados coletados	Período da coleta dos dados											
	Ago 1872	Dez 1890	Dez 1900	Set 1920	Jul 1940	Jul 1950	Set 1960	Set 1970	Set 1980	Set 1991	Ago 2000	Ago 2010
7. Informações sobre migrações												
7.1 Tempo de residência na localidade atual	-	-	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X
7.2 Local de residência anterior	-	-	-	-	-	-	X	X	X	X	X	X
7.3 Situação de residência no município de nascimento	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X	-	-
7.4 Situação de residência no município anterior	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X	X	-
7.5 Tempo de residência no município	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X	X	X
7.6 Local de moradia (UF e município) a 10 (dez) anos atrás	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X	-	-
7.7 Local de moradia (UF e município) a 5 (cinco) anos atrás	-	-	-	-	-	-	-	-	-	X	X	-
7.8 Migração pendular	-	-	-	-	-	-	-	-	X	-	X	X
8. Outras informações												
8.1 Idioma	-	-	-	-	X	X	-	-	-	-	-	-
8.2 Religião	X	X	X	-	X	X	X	X	X	X	X	X
8.3 Incapacidade física	X	X	X	X	X	-	-	-	-	X	X	X

Fonte: Oliveira e Simões (2005)**Nota:** A coluna referente ao censo de 2010 foi incluída pelo autor.

3.3 CRIAÇÃO DO MÉTODO DE ESTRATIFICAÇÃO

Para a criação do método foram realizados os seguintes quatro passos:

I – Determinar as dimensões a serem utilizadas;

II – Buscar nos questionários do censo quais quesitos melhor quantificam as dimensões escolhidas;

III – Determinar os valores, pesos e faixas de aplicação de cada indicador; e

IV – Criar a divisão de classes socioeconômicas, determinando os scores mínimos e máximos de cada faixa.

O primeiro passo foi realizado baseando-se nas informações levantadas no referencial teórico, nas discussões sobre as dimensões mais encontradas na literatura e dos métodos de referência. Para o segundo passo, foi feita uma leitura minuciosa dos questionários dos censos em busca dos melhores quesitos para quantificar as dimensões encontradas no primeiro passo. O terceiro e quarto passos são os mais complexos de serem realizados e por isso sua realização será detalhada de forma mais pragmática no próximo capítulo.

3.3.1 Dimensões Selecionados

Aqui serão relacionados as mesmas dimensões que foram listadas no capítulo 2, e a breve discussão sobre a viabilidade de seu uso no modelo proposto, e em caso afirmativo, como será utilizada. Um ponto em comum a todas as dimensões a serem utilizadas no modelo proposto é o de que para efeito de classificação do domicílio só será considerada a posição do chefe do domicílio, essa é uma metodologia comum aplicada a diversos modelos de estratificação, posto que, além dessa medida melhor representar o domicílio, ela garante um tratamento isonômico na classificação dos domicílios.

3.3.1.1 Ocupação

A dimensão da ocupação (assim como também a educação e renda) é imprescindível na montagem do modelo proposto, como já foi discutido no capítulo 2, essa, talvez seja, a dimensão mais encontrada nos métodos de estratificação mais utilizados. Nas respostas aos questionários do censo, a ocupação da população é categorizada se baseando na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) adaptada pelo censo e pela posição na ocupação no estabelecimento (empregado, empregador, empregado doméstico, servidor público, autônomo, *et cetera*).

Para este modelo será realizado uma divisão das ocupações, utilizando como base a classificação fornecida pelo censo. A definição de quais ocupações vão estar elencadas dentro de cada faixa, vai se basear nos trabalhos como os de Hollingshead (1975) e Rattam (1998), a quantidade de faixas só vai ser determinada depois de examinadas as frequências de ocupação pela população, mas na literatura é comum encontrar entre sete e dez faixas.

3.3.1.2 Educação

A educação é uma dimensão de mais simples utilização. Ela será dividida em faixas de graus completos, ou seja, não serão considerados os graus de formação incompletos e nem, apenas, a quantidade de anos no ensino formal. O questionário do censo é bem claro nesse pergunta, apenas necessitando uma breve adaptação entre os censos para utilizá-la devidamente. A dimensão da educação pode ser dividido em cinco faixas num estrato socioeconômico, de acordo com cada etapa concluída.

3.3.1.3 Renda

A terceira das dimensões mais utilizadas na mensuração do SSE é a renda. Para o cálculo do *score* do modelo proposto, será considerada a renda bruta *per capita* em salários mínimos do domicílio, somando a renda informada de todos os moradores, provenientes do trabalho formal ou de qualquer outra instância, informações que constam claramente no questionário do censo. Os domicílios serão divididos em vinte de acordo com a renda bruta *per capita* em salários mínimos, criando assim, a partir da análise desses vinte serão definidas quantas faixas de classificação.

3.3.1.4 Bens

A utilização dos bens de consumo duradouros como dimensão de pesquisa foi bem criticado nos trabalhos pesquisados. A mudança dos padrões de consumo, o acesso a crédito, a facilitação da compra fizeram com que diversos produtos se tornassem comum em todos os domicílios. Dos itens presentes nos questionários dos censos, apenas a pergunta referente a existência de, ao menos, um automóvel para uso particular representa uma variável única com um peso significativo.

De modo a não desconsiderar outros itens presentes no questionário do censo, como televisão (em cores; o censo de 1991 ainda fazia essa distinção), máquina de lavar e geladeira (que são os itens de fácil acesso que estão inseridos em todos os questionários dos censos utilizados), eles serão utilizados como um conjunto, ou seja, eles só comporão o *score* se todos os três estiverem presentes no domicílio.

3.3.1.5 Habitat e moradia

Habitat e moradia representam a dimensão referente a condição geral do domicílio. Um está mais vinculado ao entorno do domicílio e o outro ao domicílio em

si. O dados do censo não fornecem indicadores que possam ser utilizados para se mensurar o entorno do domicílio. As pesquisas do censo de 1991 e 2010 fornecem bons indicadores para se classificar a moradia, entretanto, por razões metodológicas, inerentes ao IBGE, o censo de 2000 não possui todas esses quesitos em seus questionários, o que descontinuará os resultados de pesquisa deste trabalho, não fornecendo dados confiáveis para as comparações temporais.

Entre os quesitos que constam nos três censos utilizados relacionadas ao domicílio, duas tem um potencial de utilização: (i) uma é referente a condição de ocupação do domicílio, se ele é próprio, cedido ou alugado e; (ii) a outra é referente a quantidade de cômodos do domicílio. A segunda pergunta merece uma atenção especial, pois, assim como ocorre com a renda, a relação de cômodos/moradores influencia na qualidade de vida e por sua vez, na estrutura social do núcleo familiar, sendo assim, para critério de utilização dessa variável, será utilizado na forma de cômodo *per capita*.

3.3.1.6 Acesso a serviços públicos

O questionário do censo possui um bom número de perguntas a respeito do acesso a serviços públicos do domicílio. Tais como coleta de lixo, abastecimento de água, rede elétrica e tratamento de esgoto, mas como foi visto no capítulo 2, o uso desse indicador deve ser feito com cautela. Com base nas pesquisas realizadas apenas dois itens apresentaram relevância para a composição de um *score*, e corroborando com a opinião de Ribas Jr. *et al* (2003) acerca da utilização de indicadores em excesso, optou-se por não utilizar essa dimensão para a realização da estratificação proposta.

4. DESENVOLVIMENTO E APLICAÇÃO

Nesse capítulo serão detalhados cada passo no desenvolvimento do modelo proposto, como cada dimensão foi desenvolvida, pontuada e ponderada e em seu final se terá os resultados práticos da aplicação do método.

4.1 COMPILAÇÃO DOS DADOS

A compilação dos dados foi feita com o uso do programa IBM SPSS Statistics 21, os dados foram retirados dos censos de 1991, 2000 e 2010. Como padrão, optou-se por utilizar os dados do censo de 2010, partindo do pressuposto de que para a análise entre esses três censos qualquer um dos bancos de dados representaria a mesma correlação de confiança e solidez e de que para análises de extrapolação e projeções, os dados de 2010 tornariam os resultados do método mais confiáveis.

Dada a grande quantidade de informação necessária para aplicação do método foram necessários tratamento nos dados, alguns passos comuns a todas as dimensões foram necessários, entre eles, a mesclagem dos questionários referentes ao domicílio e ao de pessoas, com a filtragem, desse segundo, para se ter apenas os chefes de domicílio. De modo a minimizar as distorções, qualquer domicílio ou chefe de domicílio que não tiver respondido a algum dos quesitos selecionados como indicadores para a análise dos dados será excluído da pesquisa e também algumas dimensões poderão passar por pequenos ajustes pelo mesmo motivo,

esses ajustes, caso existam, serão explicados mais detalhadamente no decorrer deste capítulo.

Os *scores* para cada dimensão irão variar do valor de 1 a 10, sendo sempre a menor faixa de valor 1 e a maior de valor 10, de maneira a não criar grandes extremos entre as faixas, será adotado uma diferença máxima de 3 pontos entre cada faixa. A definição de como cada faixa de classificação da dimensão será quantificada será através da análise de frequência.

4.1.1 Ocupação

A dimensão de ocupação apresenta uma grande complicação no momento de sua análise, principalmente na sua categorização, agrupamento e ordenação hierárquica das ocupações de forma concisa. Os critérios que devem ser levados em consideração para se definir a posição hierárquica de determinada ocupação nem sempre são claros e objetivos.

Em outros métodos, que utilizam unicamente a ocupação como dimensão de classificação socioeconômica, é comum, na hora de categorizar as ocupações, fazer associações cruzadas entre a ocupação, o retorno em recursos que se pode obter dela e a formação mínima necessária para chegar a aquela posição, o que não ocorre nesse trabalho, que se utiliza das dimensões de educação e renda para, também, compor seu *score*. Sendo assim, resta apenas o conceito imaterial da ocupação, de natureza qualitativa e não quantitativa, que é o prestígio que ela proporciona ao indivíduo dentro da sociedade.

Numa tentativa de se reduzir a arbitrariedade na classificação da ocupação, foi usado como base a tabela 2, encontrada no segundo capítulo, que classifica as ocupações para a utilização no método HISS. Depois de algumas adaptações e correções, tanto para se adequar aos dados dos censo, que funcionam quase como limitadores, como para se adequar a esse trabalho, que prevê dez faixas de classificação, enquanto o HISS utiliza nove, foi montada a tabela 10, que classifica hierarquicamente as ocupações, de forma tal, que ao utilizar os dados dos censos, se possa definir onde se enquadra cada chefe de domicílio analisado.

TABELA 10 – Escala hierárquica de ocupações

Ocupação	Score/Faixa
Membros superiores dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário	10
Diretores e gerentes gerais – Oficiais das forças armadas, polícia militar e bombeiros – Juízes, promotores, defensores públicos e delegados	9
Profissionais das ciências e intelectuais – Professores do ensino superior e pesquisadores – Médicos – Engenheiros e arquitetos – Contadores, advogados, economistas e outros profissionais autônomos	8
Dirigentes e gerentes – Professores do ensino médio e profissionalizante – Demais profissionais da saúde	7
Professores do ensino fundamental e outros profissionais do ensino – Outros profissionais do ensino superior – Membros das forças armadas, bombeiros e polícia (graduados e praças) – Ministros de cultos religiosos	6
Técnicos e profissionais de nível médio – Assistentes e supervisores – Atletas – Outros serviços de proteção	5
Trabalhadores do apoio administrativo – Secretários, operadores de máquinas de escritório, auxiliares e caixas bancários – Operadores de máquinas industriais e diversas e veículos	4
Trabalhadores de serviços gerais e qualificados – cozinheiros, garçons, atendentes, cobradores, cabelereiros, comerciantes, balconistas, mecânicos, pedreiros, bombeiros hidráulicos e artesãos – Empregados domésticos do lar e interiores	3
Trabalhadores agropecuários, florestais, da pesca e caça e minas qualificados, operadores de máquinas agrícolas, apicultores, avicultores e aqüicultores	2
Trabalhadores do campo e sem qualificação, braçais, ajudantes, coletores de lixo e material reciclável, trabalhadores de rua, carregadores, varredores, ambulantes e jardineiros	1

Fonte: Elaboração do autor.

Aplicando os dados do censo de 2010 à tabela acima apresentada, foi possível criar o gráfico 5, que mostra as frequências das faixas de ocupação dos chefes de domicílios brasileiros. No gráfico é visto que um pouco mais de 50% dos chefes de domicílios estão enquadrados entre as cinco primeiras faixas de classificação e que menos de 10% desses chefes entre as quatro últimas. Isso demonstra como existe uma relação inversamente proporcional entre o prestígio da ocupação e a quantidade de indivíduos que a ocupam.

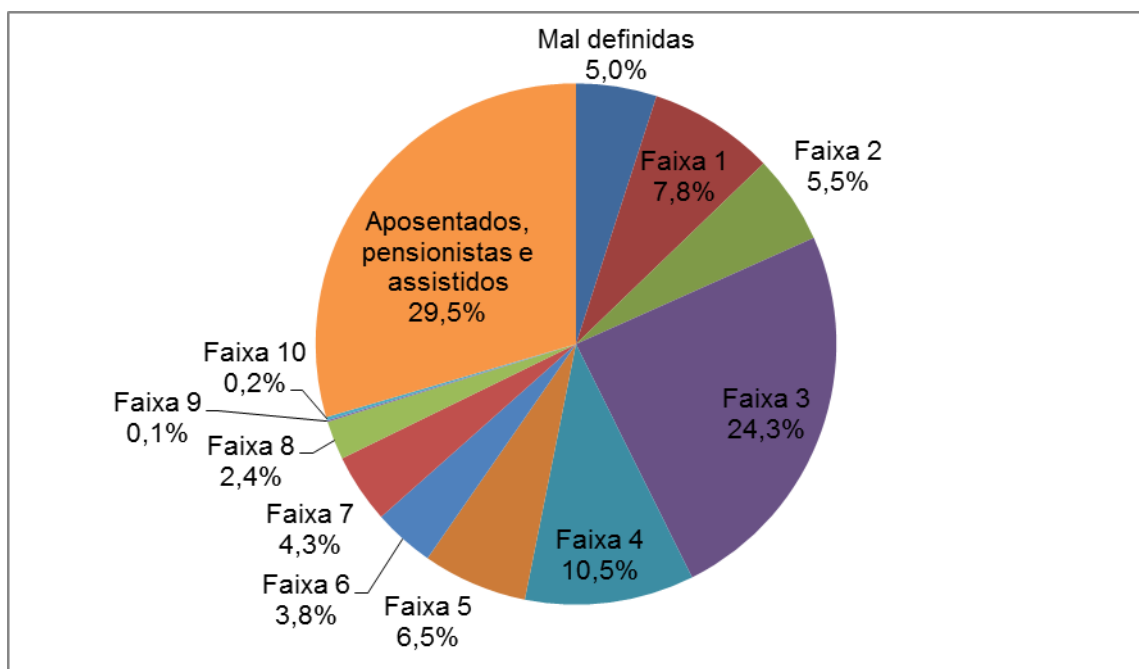


GRÁFICO 5 – Frequência da ocupação exercida pelos chefes de domicílio em 2010
Fonte: Censo 2010. Elaborado pelo autor

Também é encontrado, analisando o gráfico 5, duas faixas não compreendidas na tabela 10, são as faixas de ocupações mal definidas e aposentados, pensionistas e assistidos por programas sociais. Ao deparar com esses dados, uma nova problemática surgiu, que seria como organizar hierarquicamente essa faixa da população. Os aposentados e pensionistas podem já ter desempenhado as mais diversas funções, as ocupações mal definidas, como o próprio nome diz, são de difícil definição e os assistidos por programas sociais não podem ser classificados quanto à ocupação, simplesmente por não terem uma ocupação definida. Desse modo, partindo do pressuposto que a educação é um pré-

requisito para mudar de faixa da dimensão de ocupação, e que a renda é uma dimensão que tem relação diretamente proporcional com a faixa de ocupação, decidiu-se por classificar os indivíduos dentro dessas faixas não classificadas, utilizando como parâmetro uma média simples das dimensões de educação e renda.

Aplicando as alterações descritas acima e processando novamente juntos aos dados do censo de 2010, foi construído o gráfico 6, onde são visualizado as frequências de ocupações dos chefes de domicílios de forma corrigida. É possível notar que houve mudanças em todas as faixas de ocupação, sendo que em algumas foram mais substanciais que outras. A faixa 1 mais do que dobrou e a faixa 3 quase que triplicou, mas, a maior mudança, proporcional, ocorreu na faixa 9, com um incremento na frequência de 1100% da sua representação.

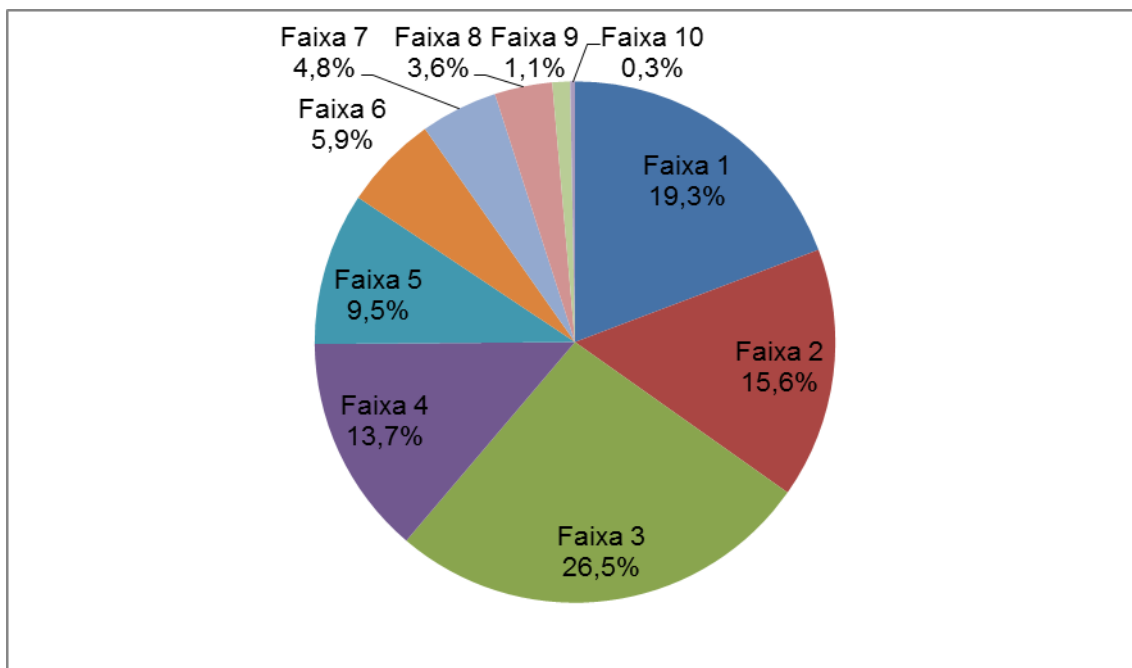


GRÁFICO 6 - Frequência corrigida da ocupação exercida pelos chefes de domicílio em 2010

Fonte: Censo 2010. Elaborado pelo autor

A dimensão de ocupação é umas das dimensões mais utilizadas entre os modelos mais reconhecidos de estratificação socioeconômica e ela também desempenha um papel fundamental tanto de viés econômico do indivíduo, como de viés social.

4.1.2 Educação

A educação é uma dimensão fácil a ser trabalhada pois é mais fácil definir suas faixas de utilização, que para o modelo proposto neste trabalho foram em cinco, sempre considerando o nível educacional completo. A tabela 11 mostra a frequência da escolaridade da população brasileira em 2010, a qual apresenta que quase metade dos indivíduos declarando que não possuem nem o ensino fundamental completo, 24% possuem o ensino médio e apenas 10% possuem o ensino superior completo.

TABELA 11 – Frequência da escolaridade dos chefes de família da população brasileira em 2010

Escolaridade	Porcentagem válida	Porcentagem acumulada
Nenhum nível de ensino completo	49,5%	49,5%
Fundamental completo	15,3%	64,7%
Ensino médio completo	24,0%	88,8%
Superior completo	10,4%	99,2%
Pós-graduação completa	0,8%	100,0%

Fonte: Censo 2010. Elaborado pelo autor

Para determinar os *scores* de cada faixa de escolaridade, utilizou-se como base a porcentagem acumulada de cada uma das faixas, arredondado para baixo o valor da faixa imediatamente anterior, respeitando uma variação de no máximo 3 pontos entre cada faixa. Então, para o fundamental completo, com a porcentagem acumulada da faixa anterior em 49,5%, temos 4 pontos, no ensino médio completo, com porcentagem acumulada do fundamental completo sendo de 64,6% fica em 6 pontos e para o superior completo, com a porcentagem acumulada do ensino médio completo de 88,8% se tem 8 pontos. Assim foi montada a tabela 12.

TABELA 12 – Faixas e *scores* para o indicador de educação

Escolaridade	Score
Nenhum nível de ensino completo	1
Fundamental completo	4
Ensino médio completo	6
Superior completo	8
Mestrado ou Doutorado completos	10

Fonte: Elaborado pelo autor

A dimensão escolaridade é quase exclusivamente de viés social, e como já relatado anteriormente neste trabalho, ela é um pré-requisito para se alcançar ocupações que proporcionam um maior prestígio social e uma melhor captação de renda, diferente das dimensões de ocupação e renda, a dimensão da educação não retrocede, um nível alcançado ou etapa concluída, não pode ser perdida.

4.1.3 Renda

A dimensão de renda, como já definido, será analisada através dos salários mínimos *per capita* do domicílio. Por ser uma dimensão em que os quesitos do censo que a determinam estejam sujeitos a muitos equívocos, seja na transmissão da informação ou mesmo no registro dela, como forma de tratamento dos dados dessa dimensão desconsiderou-se os domicílios que responderam que o rendimento familiar bruto do domicílio fosse menor a meio salário mínimo mensal *per capita*.

O quadro 4 mostra a distribuição de renda da população brasileira, dividida em vintis, no ano de 2010. Nela pode-se ver que dez vintis, ou seja, aproximadamente metade da população brasileira, declarou que sua renda *per capita* é menor a um salário mínimo mensal e que um pouco menos do que 5% da população declarou que recebeu mais do que seis salários mínimos *per capita*.

QUADRO 4 – Salário mínimo *per capita* por vintis da população brasileira em 2010

Vintil	1 (<5%)	2 (<10%)	3 (<15%)	4 (<20%)	5 (<25%)	6 (<30%)	7 (<35%)	8 (<40%)	9 (<45%)	10 (<50%)
Salário mínimo <i>per capita</i>	<0,02	0,25	0,33	0,41	0,5	0,57	0,67	0,75	0,86	0,98
Vintil	11 (<55%)	12 (<60%)	13 (<65%)	14 (<70%)	15 (<75%)	16 (<80%)	17 (<85%)	18 (<90%)	19 (<95%)	20 (<100%)
Salário mínimo <i>per capita</i>	1,00	1,11	1,25	1,44	1,63	1,96	2,27	2,94	3,92	6,44>

Fonte: Censo, 2010. Desenvolvida pelo autor

Analisando o quadro 4, com a frequência de salários mínimos *per capita* em vintis, e utilizando como base o critério SAE (SAE, 2015), foram delineadas cinco faixas de classificação para renda, sendo a inicial para aqueles que declararam receber menos de um salário mínimo *per capita* e a última para os que declararam mais de oito salários mínimos *per capita*. A tabela 13 traz cada uma das faixas determinadas e a pontuação estabelecida para cada uma delas. A pontuação foi definida pela análise de frequência, baseando-se na porcentagem da população que declarou o valor mínimo daquela faixa, respeitando uma variação de no máximo 3 pontos entre cada faixa, por exemplo: metade da população declarou ganhar acima ou igual a 1 salário mínimo *per capita*, que representa a segunda faixa, 50% de 10 (que é o valor máximo do *score*) é 5, logo essa faixa teria o *score* de 5 pontos, mas como a primeira faixa começa em 1, respeitou-se o limite de 3 pontos entre faixas e foi determinado o *score* 4 para a segunda faixa.

TABELA 13 – Faixas e *scores* para o indicador de renda

Faixas	Score
< 1 salário mínimo <i>per capita</i>	1
>= 1 < 2 salários mínimos <i>per capita</i>	4
>= 2 < 5 salários mínimos <i>per capita</i>	7
>= 5 < 8 salários mínimos <i>per capita</i>	9
>= 8 salários mínimos <i>per capita</i>	10

Fonte: Elaborado pelo autor

Com a definição da tabela 13, foi possível montar o gráfico 7 que indica a parcela da população em cada uma das faixas definidas. Nele podemos ver que em torno de 45% das famílias declaram receber menos de um salário mínimo *per capita*, enquanto que apenas 3,5% declaram recebe oito ou mais salários, deixando mais da metade da população brasileira (50,5%) declarando receber entre um e oito salários mínimos *per capita*.

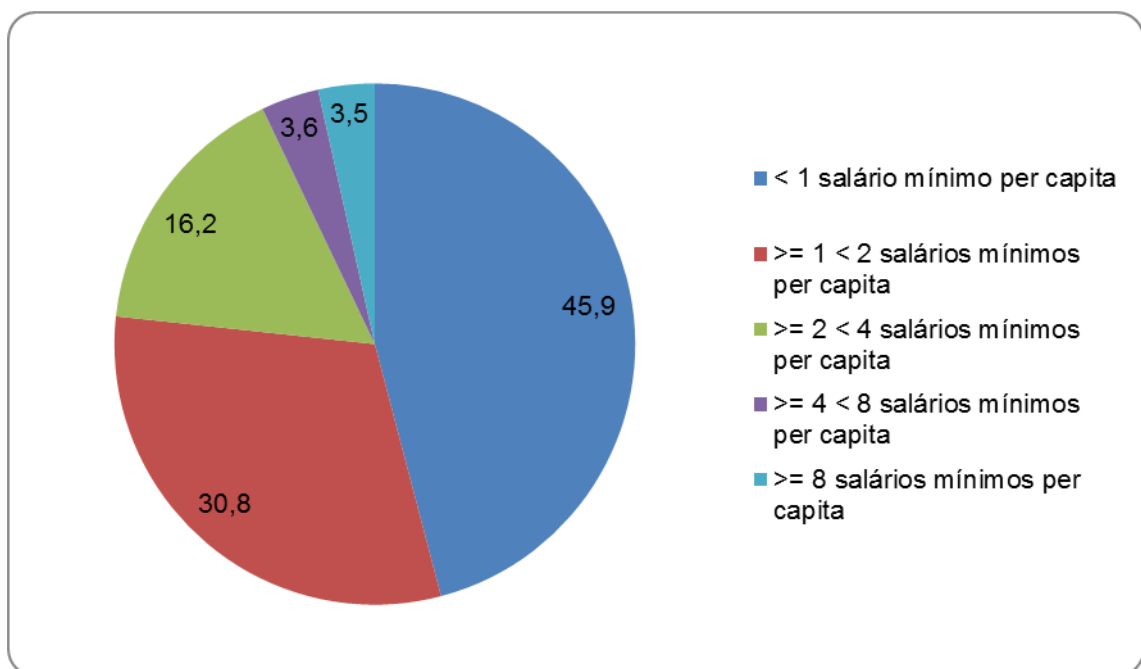


GRÁFICO 7 – Divisão da população brasileira em faixas de salários mínimos *per capita*

Fonte: Censo 2010

Nota: Elaborado pelo o autor

A dimensão de renda é a que melhor reproduz a capacidade de consumo e o poder econômico do indivíduo, diferente das dimensões de bens e de habitat e moradia, esta dimensão representa a capacidade aquisitiva presente, bens móveis e imóveis podem ser adquiridos ao longo de uma vida inteira, logo, não são os melhores indicadores econômicos, apesar de sua importância na composição do todo.

4.1.4 Bens

Para a concepção do *score* que caracteriza a posse de bens móveis será feito como já foi descrito no capítulo anterior, será levado em consideração a posse de, pelo menos, um automóvel e a posse de um conjunto de eletrodomésticos (televisão, geladeira e máquina de lavar). Por essa característica peculiar de ter ou não ter a posse dos bens, essa dimensão é a única que pode se alcançar o *score* zero, que seria a não posse nem de um automóvel, nem do conjunto de eletrodomésticos.

Depois de uma análise de frequência, demonstrada no gráfico 8, se determinou o *score* para cada uma das faixas possíveis. A diferença entre os que não possuem automóvel, para os que não possuem o conjunto de eletrodomésticos, é ligeiramente maior para a falta de automóvel, justificando um *score* ligeiramente diferenciado, estabelecendo assim, um *score* de 4 pontos para a presença do conjunto de eletrodomésticos e um *score* de 6 pontos para a presença do automóvel.

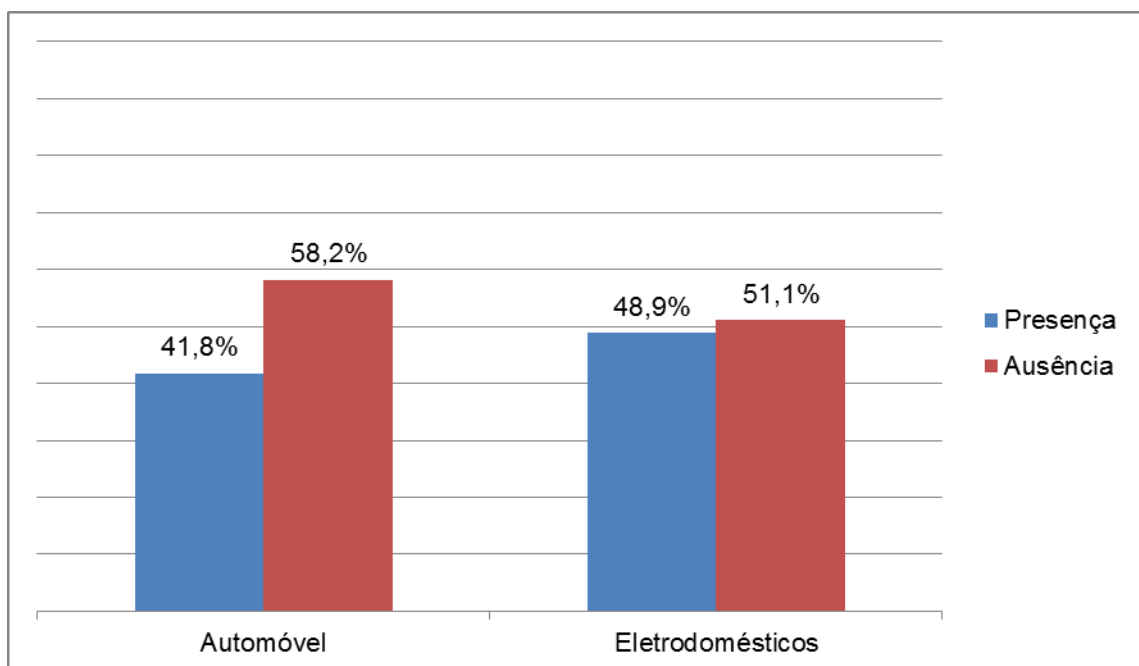


GRÁFICO 8 – Frequência de posse de automóvel e de eletrodomésticos
Fonte: Censo 2010. Elaborado pelo autor

A tabela 14 mostra o resultado da posse de bens aplicado no população brasileira. Quase 40% da população não apresentaram a quantidade mínima de bens para pontuar algum *score*, enquanto que 30% da população apresentou o *score* máximo.

TABELA 14 – *Score* final da dimensão de bens da população brasileira do ano de 2010

Faixa	Score	Percentual
Sem a presença de bens	0	39,5%
Apenas eletrodomésticos	4	18,7%
Apenas automóvel	6	11,6%
Automóvel e eletrodomésticos	10	30,2%

Fonte: Elaborado pelo autor

A dimensão de bens representa a renda permanente, que assim como as outras dimensões presentes nesse trabalho, é importante para composição do constructo de SSE, todavia, a renda permanente não é um indicador muito preciso para se determinar o SSE do indivíduo.

4.1.5 Habitat e moradia

O processo de definir os *scores* para habitat e moradia se dividiu em duas partes, em uma se definiu os *scores* para o número de cômodos *per capita* do domicílio e na outra parte se definiu o *score* para a condição da moradia, se era própria, cedida ou alugada. Por essa dimensão utilizar dois quesitos do censo como indicadores, e por ambos os quesitos apresentarem semelhante importância, foi decidido por ambos apresentarem o mesmo peso para composição do *score* total, dessa forma ambos terão um *score* de valor mínimo e máximo iguais a 1 e 5, respectivamente, sendo os dois somados para a determinação do *score* total da dimensão.

4.1.5.1 Cômodos *per capita*

Para a definição do *score* parcial referente ao número de cômodos *per capita*, foi feita uma análise de frequência do vintil, demonstrado no quadro 5, e a partir daí, se determinou as faixas de classificação e os *scores* de cada faixa. Optou-se por se considerar nas faixas somente valores inteiros da relação cômodo *per capita*.

QUADRO 5 - Cômodos *per capita* dividido em vintis da população brasileira em 2010

Vintil	1 (<5%)	2 (<10%)	3 (<15%)	4 (<20%)	5 (<25%)	6 (<30%)	7 (<35%)	8 (<40%)	9 (<45%)	10 (<50%)
Cômodos <i>per capita</i>	<0,75	1,00	1,00	1,20	1,25	1,33	1,50	1,60	1,67	1,75
Vintil	11 (<55%)	12 (<60%)	13 (<65%)	14 (<70%)	15 (<75%)	16 (<80%)	17 (<85%)	18 (<90%)	19 (<95%)	20 (<100%)
Cômodos <i>per capita</i>	2,00	2,00	2,33	2,5	2,67	3,00	3,50	4,00	5,00	30,00>

Fonte: Censo 2010. Elaborado pelo autor

Na definição dos *scores* de cada faixa, como vistos na tabela 15, considerou-se que, como existiam cinco faixas de classificação e cinco valores para o *score*, cada faixa teve seu valor definido progressivamente.

TABELA 15 – Faixas e *scores* para o indicador de cômodos *per capita*

Faixas	Score
=< 2 cômodo <i>per capita</i>	1
> 2 =< 3 cômodos <i>per capita</i>	2
> 3 =< 4 cômodos <i>per capita</i>	3
> 4 =< 6 cômodos <i>per capita</i>	4
> 6 cômodos <i>per capita</i>	5

Fonte: Elaborado pelo autor

4.1.5.2 Condição do domicílio

A condição do domicílio foi um indicador mais fácil a se calcular, o quesito do censo que traz esse dado já é dividido em três faixas (cedido, alugado e próprio). Para determinar o *score* de cada faixa, depois de uma breve análise de frequência, foi decidido por se considerar um ponto comum entre a faixa mais alta e a faixa mais baixa, a tabela 16 mostra o resultado para esse indicador.

TABELA 16 – Faixas e *scores* para o indicador de condição de domicílio

Faixas	Score
Cedido	1
Alugado	3
Próprio	5

Fonte: Elaborado pelo autor

4.1.5.3 *Score* final de habitat e moradia

No gráfico 9 estão representados os valores de cômodos *per capita* e da condição do domicílio, como distribuídos pela população brasileira no ano de 2010. Nota-se no gráfico, que mais de 70% da população tem seu imóvel residencial próprio, quitado ou não, e mais de 60% tem uma relação de cômodos por moradores, menor ou igual a dois, assim como apenas 2,4% dos domicílios tem uma proporção de mais de seis cômodos por morador.

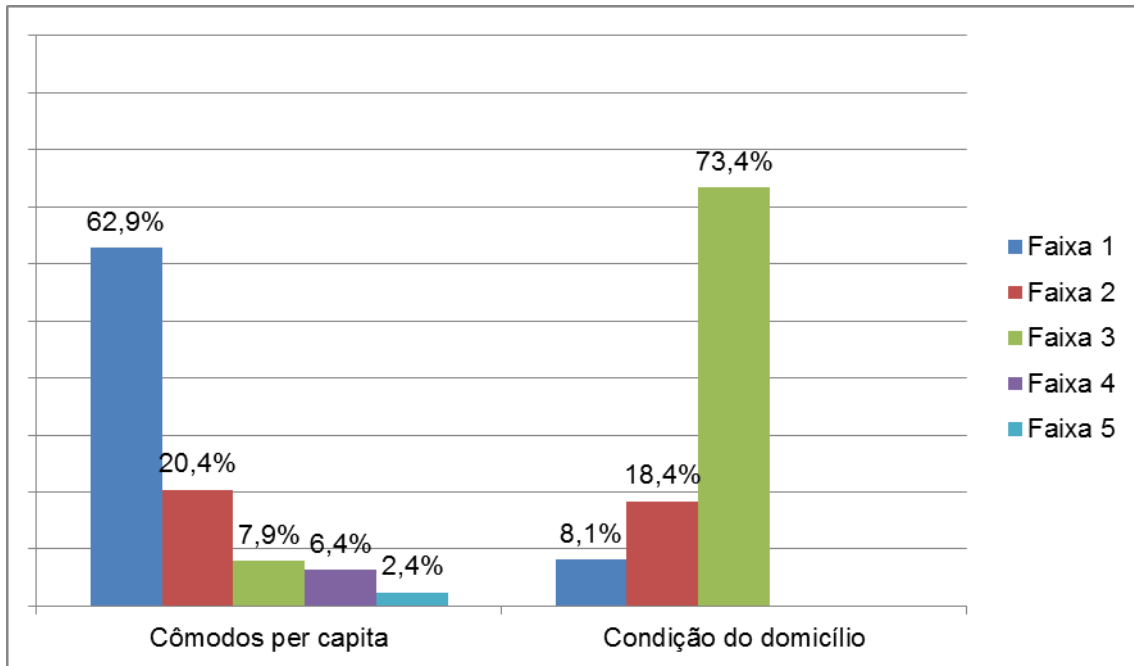


GRÁFICO 9 – Proporção de cômodos *per capita* e de condição do domicílio da população brasileira no ano de 2010

Fonte: Censo 2010. Elaborado pelo autor

Relacionando os dados obtidos no gráfico 9, com as tabelas 15 e 16, foi possível montar a tabela 17, que expressa a composição do *score* total para a dimensão de habitat e moradia, vale salientar que, diferente de outras dimensões, esse *score* vai variar entre 2 e 10, como o *score* de bens, e a dimensão não tem faixas definidas, ela é categorizada pelo valor de sua faixa. Pode ser observado na tabela 17, que quase metade da população brasileira, 46,4%, ficou na faixa intermediária de 6 pontos, e que o somatório dos valores para as faixas abaixo e acima ficaram próximos, 23,8% e 29,7% respectivamente, mostrando certa paridade entre a população.

TABELA 17 – *Score* final da dimensão de habitat e moradia para a população brasileira no ano de 2010

continua	
Score	Porcentagem da população
2	5,8%
3	1,3%
4	12,7%
5	4,0%
6	46,4%

TABELA 17 – Score final da dimensão de habitat e moradia para a população brasileira no ano de 2010

conclusão	
Score	Porcentagem da população
7	16,5%
8	6,3%
9	5,0%
10	1,9%

Fonte: Censo 2010. Elaborado pelo autor

A dimensão de habitat e moradia representa as conquistas econômicas de determinado indivíduo, que podem ter sido alcançadas ao longo da vida desse indivíduo, assim como a dimensão de bens. E assim como a dimensão de bens, sua importância para a composição do constructo não pode ser desconsiderada.

4.2 APLICANDO O MÉTODO

Depois de estipulados todas as faixas de classificação das dimensões, com seus valores e pesos, para se obter o resultado do estrato socioeconômico, basta realizar o somatório dos resultados encontrados em cada uma das dimensões. O quadro 6 mostra a frequência (absoluta e percentual) de cada score do estrato da sociedade brasileira para o ano de 2010. Pode-se identificar no quadro 6 que o ponto de divisão da metade da população brasileira está na faixa de 18 a 19 pontos, que representa um pouco menos da metade do total de pontos possíveis, que seria em torno de 28 pontos. Na realidade, o quadro 6, mostra que 75% da população estão abaixo dos 28 pontos, isso corrobora com a presunção de que há uma má distribuição de renda e uma escassez de oportunidades de inclusão social no país.

QUADRO 6 – Frequência do *score* total dos domicílios brasileiros em 2010

Pontuação	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14
Porcentagem	0,9	0,5	1,6	0,5	8,0	3,6	4,4	2,7	5,0	4,3
Porcentagem acumulada	0,9	1,4	3,0	3,5	11,5	15,1	19,5	22,2	27,2	31,5
Pontuação	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24
Porcentagem	4,6	4,3	3,8	3,6	3,8	3,6	3,3	2,9	3,1	3,1
Porcentagem acumulada	36,1	40,4	44,2	47,8	51,6	55,2	58,5	61,4	64,5	67,6
Pontuação	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34
Porcentagem	2,7	2,5	2,3	2,4	2,3	1,9	2,0	1,8	1,6	1,4
Porcentagem acumulada	70,3	72,8	75,1	77,5	79,8	81,7	83,7	85,5	87,1	88,5
Pontuação	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44
Porcentagem	1,4	1,3	1,0	1,1	1,0	1,0	1,0	0,8	0,7	0,7
Porcentagem acumulada	89,9	91,2	92,2	93,3	94,3	95,3	96,3	97,1	97,8	98,5
Pontuação	45	46	47	48	49	50				
Porcentagem	0,5	0,4	0,3	0,1	0,1	0,1				
Porcentagem acumulada	99,0	99,4	99,7	99,8	99,9	100,0				

Fonte: Elaborado pelo autor

4.2.1 Categorias de Classificação

Contudo, para análises mais complexas, o quadro 6 não oferece uma boa função didática, o excesso de informação que ela traz acaba anuviando o processo de identificação das informações. Para amenizar tal efeito é necessário criar uma escala - categorias de classificação - como encontrado em muitos modelos de estratificação.

Mais uma vez, cada pesquisador utilizou sua própria metodologia para elaborar as categorias dos seus modelos: Hollingshead (1975) deixou seu trabalho inacabado, não elaborando categorias de classificação; Kamakura e Mazzon (2013), utilizando clusterização e modelos de regressão simples, identificaram oito categorias e, utilizando a nomenclatura bem comum para esses modelos, as nomeou de A1, A2, B1, B2, C1, C2 D e E; e Neri (2011), estabeleceu que o ponto médio da população fosse referente a classe média, e a partir daí continuou o

desenvolvimento de suas categorias, quem estava abaixo desse ponto médio era a classe baixa e quem estava acima era a classe alta, criando oito categorias de classificação, duas na classe alta (alta classe alta e baixa classe alta), três na classe média (alta classe média, classe média e baixa classe média) e três na classe baixa (vulnerável, pobre, extremamente pobre).

Para esse trabalho, a criação das categorias de classificação ocorreu de acordo com o passo-a-passo seguinte:

1. Criaram-se três grandes grupos, que seriam as representações das classes alta, média e baixa. Para não confundir com outros métodos, associou-se a cada categoria uma letra do alfabeto grego, alfa (α), beta (β) e gama (γ);
2. Cada grande grupo foi dividido em três grupos menores, indicados por numerais sequenciais (α I, α II, α III, β I, β II, β III, γ I, γ II, γ III);
3. Para criar uma proporção entre os grandes grupos, considerando que o score mínimo é de 5 pontos e o máximo de 50 pontos, foram divididos de forma igualitária as faixas de pontos entre os grandes grupos, ficando dessa forma o grupo γ com o score entre 5 e 19 pontos (quinze pontos), o grupo β entre 20 e 35 pontos (dezesseis pontos) e o grupo α com o score de 36 a 50 pontos (quinze pontos).
4. Para manter as proporções entre os grandes grupos, os scores seriam divididos nos três grupos menores de forma semelhante em cada um dos três grandes grupos. Os grupos α e γ teriam seus scores variando, da primeira para a terceira categoria, em quatro, seis e cinco pontos e o grupo β teria seu score variando, da primeira para a terceira categoria, em quatro, sete e cinco pontos.

Dessa forma, foram criadas nove categorias de classificação no total, tendo certa proporcionalidade entre elas. A tabela 18 mostra como ficaram divididas as categorias de acordo com o score. Assim as categorias β I e γ I, representam aqueles indivíduos dos grupos que tem o maior potencial para ter uma mudança na sua escala socioeconômica, as categorias α III e β III, representam aqueles que, mesmo estando já numa categoria mais alta, ainda não podem se considerar com estrutura suficiente para se manterem naquela categoria, as categorias α II, β II e γ

II, são os indivíduos que estão numa posição sólida dentro daquele grande grupo e as categorias α I e γ III, são os extremos da sociedade, os mais ricos e mais pobres, sócio e economicamente.

TABELA 18 – Divisão do score por faixas

Categoria	Score
γ III	5 – 9 pontos
γ II	10 – 15 pontos
γ I	16 – 19 pontos
β III	20 – 24 pontos
β II	25 – 31 pontos
β I	32 – 35 pontos
α III	36 – 40 pontos
α II	41 – 46 pontos
α I	47 – 50 pontos

Fonte: Elaboração do autor

4.2.2 Estratificação dos Anos de 1991, 2000 e 2010

Agora, com todos os parâmetros para a estratificação definidos, só resta realizá-la e apresentá-la. Este trabalho, como já mencionado, não tem foco no estudo das classes socioeconômicas e sim na elaboração de um método de estratificação, desse modo, as discussões a cerca das tabelas e gráficos que foram elaborados e serão apresentados mais abaixo, terão um viés de análise metodológica, de modo a solidificar a validade do modelo proposto.

No quadro 7 se visualiza as proporções dos domicílios brasileiros de acordo com o modelo proposto, com as porcentagens por categorias, o acumulado de todas as categorias e referente ao grande grupo de classificação. Como já dito neste trabalho, cada método tem o foco definido pelo pesquisador e os resultados vão se adequar a esse foco, desse modo, não há um “resultado certo”, e sim, padrões aproximados.

Um dos padrões que pode ser observado é a proporção de domicílios por cada grupo, o resultado esperado é de que a maior proporção da população, não

necessariamente a maior parte, se encaixe dentro do grupo mais baixo, e que apenas uma parcela pequena da população se enquadre no grupo mais alto, essa hipótese é validada nesse método, em todos os três anos pesquisados é perceptível essa variância, em menores ou maiores escalas. Esse padrão pode ser encontrado também nos resultados dos métodos CCEB e SAE.

Outro padrão observado que também é esperado, é de que, graças às políticas de acesso social, de distribuição direta de renda e de facilidade de acesso ao crédito, haja uma evolução histórica nos grupos socioeconômicos. Em todos os anos pesquisados, em quase todas as categorias a cada ano, é possível notar esse padrão. Percebe-se, que mesmo assim, o padrão discriminado anteriormente não se altera em nenhum ano.

QUADRO 7 – Estratificação socioeconômica conforme o modelo proposto dos anos de 1991, 2000 e 2010

Categoria	1991				2000				2010			
	Porcentagem	Porcentagem acumulada	Porcentagem por grande grupo	Frequência	Porcentagem	Porcentagem acumulada	Porcentagem por grande grupo	Frequência	Porcentagem	Porcentagem acumulada	Porcentagem por grande grupo	Frequência
α I	0,1%	0,1%	7,0%	54934	0,2%	0,2%	6,7%	62104	0,4%	0,4%	10,1%	209710
α II	2,6%	2,7%		953367	1,9%	2,1%		733434	4,1%	4,5%		2126186
α III	4,3%	7,0%		1603408	4,6%	6,7%		1775269	5,6%	10,1%		2934938
β I	4,8%	11,8%	27,9%	1763220	5,8%	12,5%	33,9%	2207627	6,3%	16,4%	38,3%	3269179
β II	11,1%	22,9%		4118938	14,2%	26,7%		5433822	15,9%	32,3%		8309161
β III	12,0%	34,9%		4467426	13,9%	40,6%		5326095	16,1%	48,4%		8339874
γ I	16,5%	51,4%	65,1%	6117240	14,4%	55,0%	59,4%	5525723	15,5%	63,9%	51,6%	8074409
γ II	37,3%	88,7%		13846748	32,6%	87,6%		12533603	24,6%	88,5%		12825027
γ III	11,3%	100,0%		4193798	12,4%	100,0%		4771929	11,5%	100,0%		6015503

Fonte: Censos 1991, 2000 e 2010. Elaborado pelo autor

A tabela 19 mostra os dados estatísticos descritivos por ano, com o total da amostra - salientando que a amostra é referente aos chefes de domicílios que não

tiveram respostas ausentes nos quesitos do censo utilizados -, a média geral de pontos e o desvio padrão da média. Se utilizando das categorias definidas anteriormente, pode-se dizer que nos anos de 1991 e 2000, o domicílio médio brasileiro pertencia à categoria γ I, podendo variar entre as categorias γ III e β II, e para o ano de 2010 o domicílio médio estava na categoria β III variando entre as categorias γ II e β II. Esses são apenas dados estatísticos e não devem ser utilizados como definição da divisão socioeconômica dos domicílios brasileiros.

TABELA 19 – Dados descritivos das amostras

Anos	Total da amostra	Média de pontos	Desvio padrão
1991	37119078	18,64	9,01
2000	38369606	19,05	9,22
2010	52103986	20,88	9,80

Fonte: Elaborado pelo autor

O gráfico 10 é a representação gráfica dos dados do quadro 7. Nele é mais simples de se visualizar a transição entre as categorias a cada ano pesquisado e também a proporção das categorias entre si, é nítida como a diminuição do grande grupo γ é proporcional ao aumento do grande grupo β e como o grande grupo α se mantém com uma variação pequena ao longo do tempo. Os extremos da sociedade, as categorias α I e γ III tendem a se manter quase inalteradas e a categoria que sofreu a maior transformação foi a α II, que entre 1991 e 2010, quase duplicou seu tamanho proporcional.

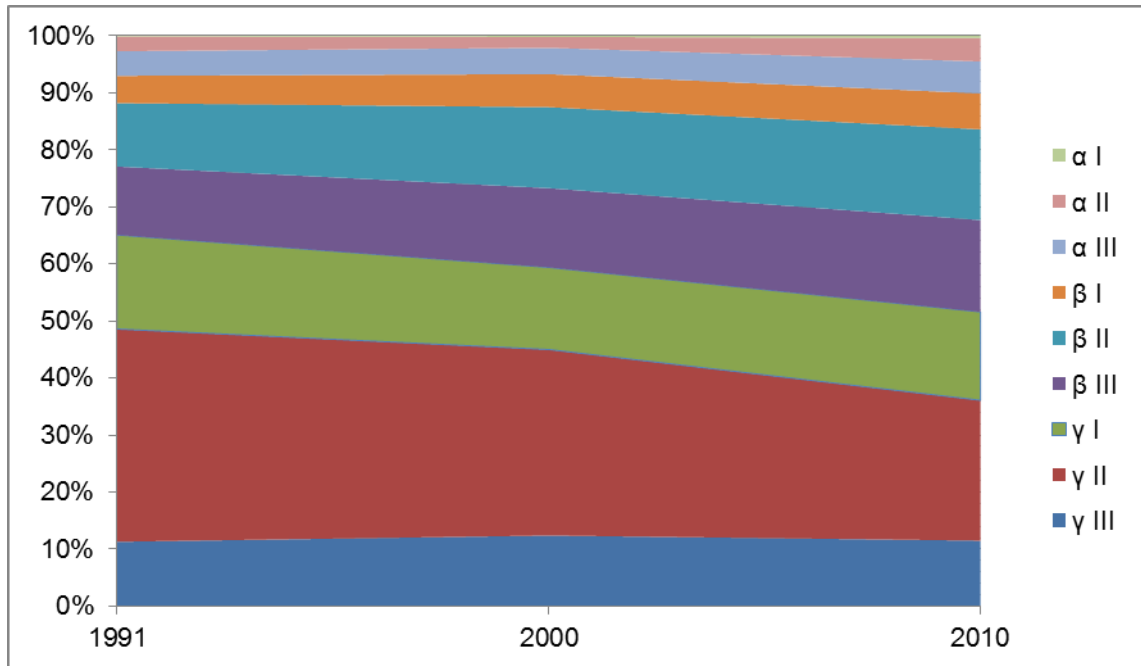


GRÁFICO 10 – Estratificação socioeconômica conforme o modelo proposto dos anos de 1991, 2000 e 2010

Fonte: Censos 1991, 2000 e 2010. Elaborado pelo autor

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse capítulo serão expostas as conclusões do autor sobre o processo de criação e os resultados encontrados no método de estratificação socioeconômica, assim como propostas para um maior desenvolvimento dessa pesquisa.

5.1 CONCLUSÕES

As pesquisadas realizadas proporcionaram uma visão mais clara e precisa do constructo de classe socioeconômica, da sua importância para o desenvolvimento de políticas públicas de inclusão social e econômica e também para programas da iniciativa privada visando o atendimento diferenciado a cada nicho da sociedade, sem contar os diversos setores de serviços que se utilizam do conceito de classes socioeconômicas para identificar os pontos fortes e fracos de sua abrangência, como a saúde e a educação.

É essencial a criação de métodos que possam realizar a estratificação da sociedade de forma objetiva, clara e idônea. E é também necessário que esses métodos sejam atualizados de tempos em tempos, dado as mudanças que ocorrem na estrutura socioeconômica da sociedade, seja por meio das políticas públicas de inclusão social, seja por conta da oferta e facilidade de crédito. Os métodos hoje existentes podem atender a esses requisitos, contudo, cada método é criado com um foco e nem sempre a abrangência do método é nacional ou o método de coleta

de dados é propício e possível de se realizar em qualquer parte do território nacional.

A pesquisa acerca das dimensões a serem utilizadas verificou quais teriam uma maior significância para dar solidez à criação do método de estratificação, encontrando cinco dimensões: (i) ocupação; (ii) educação; (iii) renda; (iv) posse de bens e; (v) habitat e moradia. Associado a uma pesquisa dos quesitos comuns aos censos de 1991, 2000 e 2010, foi possível identificar quais quesitos poderiam ser utilizados para gerar os indicadores do método. Depois de definido os dados do censo de 2010 como os mais propícios para realizar as análises de frequência das dimensões escolhidas e utilizando como bases outros métodos reconhecidos, foi possível a criação dos pesos e faixas de cada dimensão que proporcionaram a contabilização do *score* necessário para a estratificação.

Nos resultados obtidos com a estratificação socioeconômica utilizando o método proposto, foi possível encontrar padrões comuns a outros métodos de estratificação, como a proporção de domicílios dentro de cada grupo e as mudanças ocorridas no estrato com o passar dos anos. Sendo que não existe um resultado certo a ser encontrado, cada método vai retornar resultados diferentes, de acordo com o que cada um se propõe a identificar, existem métodos de viés mais focados, ou até exclusivos, nos quesitos sociais e existem métodos que focam mais nos quesitos econômicos. No método proposto procurou-se levar em consideração essas duas grandes áreas e os resultados encontrados são considerados satisfatórios.

5.2 PROPOSTAS PARA TRABALHOS FUTUROS

Apesar de o método proposto apresentar consistência quando comparados a outros métodos já utilizados, ele carece de maiores e melhores análises estatísticas. Modelos de regressão, como a teoria de resposta ao item, seriam ferramentas valiosas para a validação dos seus resultados e do próprio método em si.

É possível a utilização do método criado para determinar a estrutura socioeconômica de áreas geográficas determinadas, de forma a possibilitar a

realização de estudos de comparabilidade e identificar prováveis carências socioeconômicas regionais. Também podem ser utilizados modelos de interpolação e extrapolação a fim de localizar e determinar pontos marcantes de mudanças socioeconômicas ou realizar previsões da estrutura socioeconômicas de áreas pré-estabelecidas.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABEP. Cartilha do critério de classificação Econômica do Brasil, 2012.

_____. Cartilha do critério de classificação econômica do Brasil, 2013.

_____. Cartilha do critério de classificação econômica do Brasil, 2014.

ADAMS, A. M.; EVANS, T. G.; MOHAMMED, R.; FARNSWORTH, J. Socioeconomic stratification by wealth rankings: Is it valid? *World Development*, v. 25, n. 7, p. 1165-1172, 1997.

ALDERSON, A. S.; JUNISBAI, A.; HEACOCK, I. Social status and cultural consumption in the United States. *Poetics*, v. 35, p. 191-212, 2007.

ALMEIDA, R. S. A Geografia e os geógrafos do IBGE no período 1938-1998: uma relação entre documento e memória. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro: *Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro*. v. 2, Orientadora: Lia Osório Machado, 635 p., 2000. Disponível em: <http://www.robortoschmidt.ggf.br/publicacoes/downloadpdf.php?arquivo=tese_doutorado>. Acesso em: 25 fev. 2015.

BABBIE, E. Métodos de pesquisa de survey. Tradução por Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 519 p., 1999

BRASIL. Decreto nº 1.200, de 17 de novembro de 1936. Regula a constituição e o funcionamento do Conselho Nacional de Estatística. Disponível em:

<<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-1200-17-novembro-1936-458730-norma-pe.html>>. Acesso em: 28 fev. 2015.

_____. Decreto nº 1.527 de 24 de março de 1937. Institue o Conselho Brasileiro de Geografia incorporado ao Instituto Nacional de Estatística, autoriza a sua adesão à União Geográfica Internacional e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-1527-24-marco-1937-449842-republicacao-74463-pe.html>>. Acesso em: 28 fev. 2015.

_____. Decreto nº 237 de 02 de fevereiro de 1938. Regula o início dos trabalhos do Recenseamento Geral da República em 1940 e dá outras providências. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-237-2-fevereiro-1938-350962-norma-pe.html>>. Acesso em: 28 fev. 2015.

_____. Lei nº 11.754, de 23 de julho de 2008. Acresce, altera e revoga dispositivos da Lei no 10.683, de 28 de maio de 2003, cria a Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, cria cargos em comissão; revoga dispositivos das Leis nos 10.869, de 13 de maio de 2004, e 11.204, de 5 de dezembro de 2005; e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11754.htm>. Acesso em: 03 mar. 2015.

BOLLEN, K. A., GLANVILLE, J. L., STECKLOV, G. Socioeconomic status and class in studies of fertility and health in developing countries. *Annual Review of Sociology*. V. 27, n. 1, p. 153-185, 2001.

CONFORTO, E. C.; AMARAL, D. C.; SILVA, S. L. Roteiro para revisão bibliográfica sistemática: aplicação no desenvolvimento de produtos e gerenciamento de projetos. In: *Anais VIII Congresso Brasileiro de Gestão de Desenvolvimento de Produtos*, Porto Alegre, RS, 2011.

COSTA, H. G. Model for webibliomining: proposal and application. *Revista FAE*, Curitiba, v. 13, n. 1, p. 115-126, 2010.

DUNCAN, O. T. A socioeconomic index for all occupations. *Occupations and Social Status*, New York: Free Press of Glencoe, p. 109-138, 1961.

FERGUSON, D. M.; HORWOOD, L. J.; BODEN, J. M. The transmission of social inequality: Examination of the linkages between family socioeconomic status in childhood and educational achievement in young adulthood. *Research in Social Stratification and Mobility*, v. 26, p. 277-295, 2008.

GALOBARDES, B.; MORABIA, A. Measuring the habitat as an indicator of socioeconomic position: Methodology and its association with hypertension. *Journal of Epidemiology and Community Health*, v. 57, p. 248-253, 2003.

GOLDTHORPE, J. H. Social Mobility and Class structure in modern Britain. Oxford: Clarendon Press, 1987.

HENTSCHEL, J.; LANJOUW, P. Household welfare measurement and the pricing of basic services. *World Bank Working Paper Series*, n. 2006, 1998.

HODGE, R. W. The measurement of occupational status. *Social Science Research*, v. 10, p. 396-415, 1981.

HOLLINGSHEAD, A. B. Two factor index of social status. New Haven. Privately printed. 1957.

_____. Four factor index of social status. *Yale Journal of Sociology*, v. 8, p. 21-51, 2011 (Unpublished Working Paper, 1975).

IBGE, 2015. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 14 jan. 2015.

ICELAND, J.; WILKES, R. Does socioeconomic status matter? Race, class and residential segregation. *Social Problems*, v. 53, n. 2, p. 248-273, 2006.

JANNUZZI, P. M. Estratificação socioocupacional para estudos de Mercado e pesquisa social no Brasil. *São Paulo em Perspectiva*, v. 17, n. 3-4, p. 247-254, 2003.

KAMAKURA, W. A.; MAZZON, J. A. Socioeconomic status and consumption in an emerging economy. *Journal of Research in Marketing*, v. 30, p. 4-18, 2013a.

_____. Estratificação socioeconômica e consumo no Brasil. São Paulo: Blucher, 286 p., 2013b.

KRIEGER, N.; WILLIAMS, D. R.; MOSS, N. E. Measuring social class in US public health research: concepts, methodologies, and guidelines. *Annual Review of Public Health*, v. 18, n. 1, p. 341-378, 1997.

LÜSCHEN, G.; NIEMANN, S.; APELT, P. The integration of two health systems: Social stratification, work and health in East and West Germany. *Social Science and Medicine*, v. 44, n. 6, p. 883-899, 1997.

MARX, K.; ENGELS, F. O manifesto comunista, 1848.

MATTOSO, C. L. Q. Classes sociais: Uma discussão sobre os conceitos na sociologia e antropologia e sua incorporação ao marketing. *Revista Eletrônica de Ciência Administrativa*, v. 5, n. 2, 2006.

NAM, C. B.; POWERS, M. G.; GLICK, P. C. Socioeconomic characteristics of the population: 1960. Washington, DC: *Government Printing Office*, 1964.

NERI, M. A nova classe média: O lado brilhante da base da pirâmide. São Paulo: *Saraiva*, 312 p., 2011.

OAKES, J. M.; ROSSI, P. H. The measurement of SES in health research: Current practice and steps toward a new approach. *Social Science and Medicine*, v. 56, p. 769-784, 2003.

OLIVEIRA, L. A. P.; SIMÕES, C. C. S. O IBGE e as pesquisas populacionais. *Revista Brasileira de Estudos de População*. V. 22, n. 2, p. 291-302, 2005.

PENHA, E. A. A criação do IBGE no contexto da centralização política do estado novo. Rio de Janeiro: *IBGE, Centro de Documentação e Disseminação de Informações*, 123 p., 1993.

POMEROY, S. B.; BURSTEIN, S. M.; DONLAN, W.; ROBERTS, J. T. Ancient Greece: a political, social, and cultural history. New York: *Oxford University Press*, 1999.

QUAGLIA, A.; LILLINI, R.; MAMO, C.; IVALDI, E.; VERCELLI, M. Socio-economic inequalities: A review of methodological issues and the relationships with cancer survival. *Critical Reviews in Oncology and Hematology*, v. 85, p. 266-277, 2013.

RATTAM, E. B. Modelo de estratificação socioeconômica para marketing e pesquisas de marketing. *Anais Enanpad XXII*, Foz do Iguaçu, 1998.

RECTOR, R.; SHEFFIELD, R. Air conditioning, cable TV, and an Xbox: What is poverty in the United States today? *The Heritage Foundation*, v. 2575, 2011.

RIBAS JR, R. C.; MOURA M. L. S.; SOARES I. D.; GOMES A. A. N.; BORNSTEIN M. H. Socioeconomic status in Brazilian psychological research: I. validity, measurement, and application. *Estudos de Psicologia*, v. 8, n. 3, p. 375-383, 2003.

RIBAS JR, R C; MOURA, M L S; BORNSTEIN, M H. Socioeconomic status in Brazilian psychological research: II. Socioeconomic status and parenting knowledge. *Estudos de psicologia*, v. 8, n. 3, p. 385-392, 2003.

SAE, 2015. Secretaria de assuntos estratégicos. Disponível em: <www.sae.gov.br>. Acesso em: 13 mar. 2015.

SCOPUS, 2015. Disponível em <<http://www-scopus-com.ez135.periodicos.capes.gov.br/home.url>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

SCOTT, J. Social class and stratification in late modernity. *Acta Sociologica*. v. 45, p. 23-35, 2002.

SHELTON, J. A. As the Roman did: a sourcebook in Roman social history. New York: *Oxford University Press*, 1997.

SILVA, V. R.; PREVIDELLI, I. T. S. Item response theory in the production of indicators of socioeconomic metropolitan region of Maringá, Paraná state, Brazil, *Acta Scientiarum – Technology*, v. 34, n. 4, p. 427-431, 2012.

SOARES, J. F.; ANDRADE, R. J. Nível socioeconômico, qualidade e equidade das escolas de Belo Horizonte. *Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 50, p. 107-126, 2006.

SOARES, T. M. Utilização da teoria da resposta ao item na produção de indicadores sócio-econômicos. *Pesquisa Operacional*, v. 25, n.1, p. 83-112, 2005.

SPECTOR, P. E. Summated rating scale construction: An introduction. Series: Quantitative applications in the social sciences. London: *Sage Publications*, 1992.

TREIMAN, D. J. Occupational prestige in comparative perspective. New York: *Academic Press*, 1977.

WARNER, W. *Social Class in America: An evaluation of status*. New York: *Harper and Row*, 1949.

WARREN, B. S.; SYDENSTRICKER, E. Health of garment workers: the relation of economic status to health. *Public Health Provisions of the Social Security*, v. 31, p. 298-305, 1916.

WEBER, M. Class, Status and Power. In: GERTH H.; MILLS C. W., editors. *From Max Weber: essays in sociology*. New York: *Oxford University Press*, 1946.

WEB OF SCIENCE, 2015. Disponível em <<http://apps-webofknowledge.ez135.periodicos.capes.gov.br/>>. Acesso em: 20 jan. 2015.

WRIGHT, E. O. *Classes*. London: *Verso*, 1985.